DM Anápolis
O Diário do Município

TERÇA-FEIRA ◆ 17 DE SETEMBRO DE 2024 ANO: 04 ◆ Nº 0.0898 ◆ 22H30 ◆ PREÇO: R$ 2,50 ◆ EDITOR: ORISVALDO PIRES

'CIFRA NEGRA'

Parte das mortes no trânsito fica fora do registro nacional

É de conhecimento geral que nem toda infração praticada em diversos setores [inclusive no trânsito] chega ao conhecimento das autoridades. A defasagem entre as ocorrências reais e as ocultas, é conhecida como 'cifra negra'. O sistema oficial do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renatran) conta 55 mortes no trânsito ocorridas em Anápolis no ano de 2023, enquanto, segundo a Delegacia Especializada de Investigação de Crimes de Trânsito de Anápolis (DICT), naquele ano foram registradas 83 mortes no trânsito da cidade. As autoridades de segurança pública explicam que, no âmbito dos crimes de trânsito, está a maior cifra negra, junto com os registrados sobre violência doméstica. Em ambos os setores há subnotificação por diversos fatores.

Página 15

Galo inicia decisão da Série D

O Anápolis FC inicia nesta terça-feira, 17, os treinos com vistas à decisão do Brasileiro da Série D. A expectativa é que Galo e Retrô (PE) façam uma decisão equilibrada do Campeonato Brasileiro da Série D. O primeiro jogo deve ser confirmado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para domingo, 22, no Estádio Jonas Duarte, e a volta no domingo seguinte, 29, na Arena de Pernambuco, em Recife. Página 14

Caiado defende direito dos Estados de agirem contra incêndios que são fruto de crimes

Durante a entrevista com Marina Franceschini, Mônica Waldvogel e Nilson Klava, da GloboNews, o governador Ronaldo Caiado (UB) confirmou que vai brigar pelo direito de tomar medidas administrativas e judiciais contra quem provoca incêndios criminosos. Ele sinalizou que vai acionar o Supremo Tribunal Federal (STF). "Se o governo federal é que tipifica o crime e ele cruza os braços, o cidadão continua incendiando o Brasil inteiro, então essa é a minha opção como governador", frisou. Página 2

Distritos têm cadastro do Reurb-S

Pelo menos 550 pessoas foram cadastradas nos distritos de Interlândia e Souzânia, no último final de semana, no Programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb-S), da Prefeitura de Anápolis. Os moradores que se encaixavam nesse perfil foram atendidos na subprefeitura de Interlândia. O Reurb-S garante o direito à moradia para aqueles que residem em assentamentos informais nas áreas urbanas. Página 3

● candidatura de José de Lima é deferida pela justiça Pg. 3

Leitura de medidores de energia tem quase 8 mil impedimentos ao mês; em Anápolis são 1.096

Página 13

● Candidatos priorizam gastos com rádio e TV Pg. 4

Entre em contato com a redação
(62) 3706-9010 *redacao@dmanapolis.com.br*
Envie seu artigo: ***dmanapolis.artigo@gmail.com***

dmanapolis

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR

CONSCIENTIZAÇÃO

CMTT realiza atividades educativas durante Semana Nacional de Trânsito

Apesar da importância de reciclar os conhecimentos de condutores, foco da campanha são as crianças

LUCAS TAVARES

Entre os dias 18 e 25 de setembro é celebrada a Semana Nacional de Trânsito, conforme o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Em Anápolis, a Companhia Municipal de Trânsito e Transporte (CMTT) tem trabalhado em ações educativas durante todo o mês.

De acordo com o diretor de Trânsito e Transportes da CMTT, Igor Lino Siqueira, são tantas ações que não é mais possível concentrá-las em apenas uma semana, sendo necessário expandir até outubro por conta da demanda de empresas e escolas públicas e privadas.

Segundo ele, diversas palestras serão realizadas em todo mês de setembro, sendo as atividades infantis o principal foco. Com as crianças serão trabalhadas questões que acontecem no dia a dia, com circuitos interativos onde elas possam entender situações importantes que devem ser colocadas em prática.

"Uma das ações que a gente mais tem enfoque na CMTT, com relação a educação de trânsito, é voltada à educação infantil. Há sim relevância em se fazer campanhas para os condutores, relembrando aquilo que eles já têm de conhecimento, que é bom que seja reforçado, mas a gente entende que a maneira mais efetiva de mudar uma cultura, de se mudar uma mentalidade de toda uma sociedade é com a educação, trazendo essa consciência desde a base", afirmou à Rádio Manchester.

Igor Lino ressalta a necessidade de formar condutores mais conscientes e responsáveis para o futuro. Além disso, o diretor destaca que nos últimos anos houve uma mudança no entendimento do que é o trânsito e como cada um deve se comportar nessa estrutura.

"Por muito tempo as responsabilidades eram imputadas apenas ao condutor e aos órgãos de trânsito, mas hoje já se tem uma macro visão de que o trânsito é um organismo e todos têm o seu nível de responsabilidade. Da mesma forma que o condutor deve parar para que o pedestre faça a travessia na faixa, também é responsabilidade do pedestre fazer essa travessia na faixa", afirmou.

"Sinalize que você quer fazer a travessia e observe se todos os veículos já o perceberam, se já estão freando, antes que ele proceda com a travessia. Temos uma distribuição de papeis, se cada um cumprir com aquilo que é prerrogativa sua, nós teremos um trânsito extremamente seguro", orienta Igor Lino.

Este é justamente o tema deste ano: "Paz no Trânsito Começa por Você". O foco é trazer uma mensagem educativa e conscientizar a população acerca dos riscos e a necessidade de atitudes responsáveis nas vias.

Esta é a programação desta semana:

* 17/09 - (14:00) - (Escola Municipal Adahyl Lourenço Dias) - Palestra Eduacativa

* 18/09 - (08:00) - (Escola Municipal Prof.Jesus Duarte-Goialandia) - Circuito

* 19/09 - (08:00 e 14:00) - (Escola Gotinha de Esperança) - Palestra Educativa

* 20/09 - (08:00 e 14:00) - (Escola Shallom) – Circuito

painel DM

NA GLOBONEWS

Caiado defende direito dos Estados de agirem contra incêndios criminosos

O governador Ronaldo Caiado voltou a defender, em entrevista à GloboNews, nesta segunda-feira, 16, a prerrogativa dos Estados de agirem paralelamente à União em situações de emergência, como a atual, em que a população do campo e da cidade sofrem com os efeitos dos incêndios florestais, a maioria criminosa. "Queremos tomar medidas temporárias. A destruição provocada pelo fogo vai ter consequências enormes", declarou o governador ao frisar a necessidade de endurecimento da legislação no período crítico do problema. Em Goiás, informou ele, 12 pessoas já foram detidas por suspeita de provocar incêndios criminosos. O governador lembrou que, além de prejudicar a qualidade do ar e o clima em geral, este tipo de crime destrói lavouras, pastagens, maquinários agrícolas e vidas animais e humanas.

Sabatina

A candidata a prefeita Eerizania Freitas (União Brasil), é a convidada da Associação Comercial e Industrial de Anápolis (ACIA) para sabatina desta semana. Está agendada para as 18h30 desta quarta-feira, 18, no auditório da entidade. O encontro também terá a presença do candidato a vice-prefeito, Samuel Gemus (DC). Os empresários vão ouvir propostas e apresentar sugestões.

Autonomia

Uma nova proposta de emenda à constituição (PEC) tramita na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com intuito de revogar o § 5º do art. 111-A da Constituição Estadual, que trata das transferências especiais, para eliminar a rigidez imposta pelo dispositivo atual, o qual, para o autor da propositura, tem sido um obstáculo à autonomia dos municípios na gestão de seus recursos.

Goiânia

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) redistribuiu o tempo de programas de rádio e de TV dos candidatos a prefeito de Goiânia, após a decisão da Justiça pela saída do Progressistas da chapa encabeçada pelo senador Vanderlan Cardoso (PSD). Assim, Vanderlan perdeu tempo de propaganda e os demais candidatos ganharam mais alguns segundos. Sandro Mabel (UB) tem o maior tempo: 3'29".

Pena maior

A Câmara dos Deputados aprovou projeto do Senado, que aumenta a pena de feminicídio e inclui outras situações consideradas agravantes da pena. Segundo o texto, o crime passa a figurar em um artigo específico em vez de ser um tipo de homicídio qualificado, como é hoje. A pena atual de 12 a 30 anos de reclusão aumenta para 20 a 40 anos. A matéria será enviada à sanção presidencial.

Alego debate criação de uma poupança pública pelo Estado

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Assembleia Legislativa, analisa nesta terça-feira, 17, o projeto de lei apresentado pelo deputado Jamil Calife/PP (foto), que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Soberano do Estado de Goiás, sendo este de naturezas financeira e contábil. A matéria tem parecer favorável. De acordo com a proposta, o Fundo Soberano deverá ser constituído, exclusivamente, por receitas não tributárias, com vistas a implementar uma poupança pública para ampliar a economia do Estado. Prevê também quatro novas fontes de receitas: cessão de imóveis dominicais, venda de naming rights públicos, verba de crédito de carbono e, ainda, a cessão de espaço para publicidade em prédios públicos.

DM Anápolis
O seu jornal diário
Preço das assinaturas
R$ 49,90 mensal
R$ 598,80 anual
Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R$ 2,50 Domingo R$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani
EDITOR-CHEFE
Orisvaldo Pires
EDITOR ONLINE
Aglys Nadielle
REPORTAGEM
Marcos Vieira
Lucas Tavares
Emilly Viana
Lucivan Machado
DESIGN
Samuel Sousa
Ederson Lucas
Luiza Isaac
DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecilio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO
Dept° Comercial / Redação
(62) 3706-9010
/dmanapolis
www.dmanapolis.com.br

GARANTIDO

Registro de candidatura de José de Lima é deferido pela justiça

Candidato tinha pedidos de impugnação do Ministério Público Eleitoral e dos diretórios nacional e municipal do PMB

MARCOS VIEIRA

A juíza da 144ª Zona Eleitoral de Anápolis, Edna Maria Ramos da Hora, deferiu a candidatura a prefeito de José de Lima (PMB) e da sua vice, Karina Garcia, em decisão publicada no mural eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no último domingo, 15.

José de Lima e Karina eram alvos de três pedidos de impugnação: do Ministério Público Eleitoral (MPE), do Diretório Nacional do PMB e do PMB de Anápolis, representado por Antônio Fernando Guardiano Mundim. A alegação era de que a convenção partidária que escolheu os candidatos seria nula, pois teria sido realizada por uma comissão provisória municipal que havia sido destituída pela Executiva Nacional do partido em 30 de julho deste ano.

A defesa de José de Lima contestou os pedidos, afirmando que a destituição da comissão provisória municipal ocorreu sem o devido processo legal, sem contraditório e sem ampla defesa, portanto deveria ser considerada nula. Segundo o candidato, a Executiva Estadual do PMB em Goiás validou os atos da convenção que o escolheu para a disputa em Anápolis.

Em seu parecer, o Ministério Público Eleitoral, opinou pelo indeferimento do registro de candidatura e pela manutenção da destituição da Comissão Provisória do PMB de Anápolis, entendendo que o procedimento seguiu o estatuto do partido. O MPE destacou a cronologia dos eventos, incluindo a destituição da comissão em 30 de julho, a realização da convenção partidária em 5 de agosto, e a posterior revogação dos atos da convenção pelo interventor nomeado.

José de Lima está autorizado pela Justiça Eleitoral a realizar sua campanha pela prefeitura, sem qualquer impedimento

Em sua decisão, a juíza que embora de natureza temporária, a Comissão Provisória Municipal do PMB em Anápolis, desempenhava papel fundamental na organização local do partido e na viabilização de sua participação no processo eleitoral. "Portanto, sua destituição sem o devido processo legal não apenas viola princípios constitucionais e normas internas do partido, mas também compromete a própria finalidade dessas estruturas provisórias no sistema partidário brasileiro", escreveu Edna Ramos.

A magistrada lembra que é fato inegável nos autos que a Comissão Provisória do PMB em Anápolis foi constituída em 21 de março de 2024, com vigência prevista até 21 de setembro deste ano. Também foi demonstrado que em 30 de julho, a Executiva Nacional do PMB promoveu a destituição da comissão, nomeando como interventor o Antônio Fernando Guardiano Mundim.

"Contudo, conforme argumentado pelo impugnado [José de Lima] e corroborado pela documentação acostada aos autos, essa destituição ocorreu de forma abrupta, sem qualquer notificação prévia ou oportunidade de defesa aos membros da comissão destituída", afirmou a magistrada.

EXIGÊNCIAS

Edna Ramos afirma ainda que o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa não são apenas uma exigência jurisprudencial, mas um imperativo constitucional. "Estes princípios fundamentais se aplicam não apenas aos processos judiciais, mas também aos procedimentos administrativos, incluindo aqueles realizados no âmbito dos partidos políticos", completa a juíza.

"Portanto, a destituição de uma comissão partidária sem a observância desses preceitos constitucionais viola não apenas as normas infraconstitucionais e a jurisprudência eleitoral, mas também a própria Constituição Federal", completa a magistrada.

Sobre o caso de José de Lima, a juíza afirma que que não há nos autos qualquer documento que comprove a instauração de procedimento administrativo para apuração de eventuais irregularidades cometidas pela comissão destituída, nem notificação prévia de seus membros para apresentação de defesa.

"A mera comunicação por e-mail, conforme alegado pelo requerido e mencionado pelo MPE, não é suficiente para garantir o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa, especialmente considerando a gravidade da medida de destituição de toda uma comissão provisória", explica Edna Ramos.

Com isso, a nulidade do ato de destituição da comissão original implica, consequentemente, na nulidade da nomeação do interventor e na invalidade dos atos por ele praticados na qualidade de presidente da Comissão Provisória Municipal do PMB em Anápolis, incluindo a revogação da convenção partidária.

"Ressalto que esta decisão visa garantir a observância dos princípios constitucionais e a integridade do processo democrático interno do partido, não impedindo que eventual processo de destituição seja realizado, desde que observadas todas as garantias legais e constitucionais dos membros da Comissão", afirma a juíza.

"Diante de todo o exposto, concluo que a convenção partidária realizada em 5 de agosto pela Comissão Provisória Municipal do PMB em Anápolis é válida, pois a destituição prévia desta comissão ocorreu sem observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, sendo, portanto, nula", finaliza Edna Ramos, deferindo em seguida os registros de candidatura de José de Lima e Karina Garcia.

Reurb-S cadastra 550 pessoas nos distritos de Souzânia e Interlândia

A atividade aconteceu neste final de semana e prestou atendimento aos moradores. Programa garante regularização fundiária

DA REDAÇÃO

Pelo menos 550 pessoas foram cadastradas nos distritos de Interlândia e Souzânia, no último final de semana, no Programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb-S), da Prefeitura de Anápolis. Os moradores que se encaixavam nesse perfil foram atendidos na subprefeitura de Interlândia.

O Reurb-S é um procedimento essencial para garantir o direito à moradia para aqueles que residem em assentamentos informais nas áreas urbanas. A regularização fundiária busca compatibilizar o registro de imóveis, assegurando que os moradores tenham seus direitos reconhecidos no cartório de imóveis, o que resulta em segurança jurídica e posse regularizada.

Para viabilizar a documentação, a Prefeitura abre um processo licitatório visando à elaboração dos projetos individuais. Posteriormente, a empresa responsável analisa caso a caso, a fim de conceder a escritura às famílias ocupantes que se encontram em situação vulnerável.

O processo inclui um levantamento cadastral das unidades imobiliárias e a atualização dos dados socioeconômicos das famílias. Além dos mutirões de cadastro, são realizados agendamentos para visitas, em que uma equipe se desloca até os locais para aferir os dados coletados.

"Essa iniciativa não só transforma a vida das famílias atendidas, proporcionando-lhes segurança jurídica e estabilidade, como também desempenha um papel fundamental na melhoria da infraestrutura urbana", ressaltou Dallila Mariane, secretária de Integração.

Direito à moradia a quem reside em assentamentos informais urbanos

PRESTAÇÃO PARCIAL

Principal gasto de 3 candidatos é com programas de rádio e TV

Os dados estão na prestação parcial de contas eleitorais, cujo prazo para entrega ao TSE terminou na última sexta-feira

MARCOS VIEIRA

Gomide, Hélio e Márcio priorizaram programas de rádio e TV; Eerizania, mobilização da militância na rua e José de Lima, impressos de campanha

Dos cinco candidatos que disputam a Prefeitura de Anápolis, três utilizaram a maior parte dos recursos conseguidos até agora na produção de programas de rádio, televisão ou vídeo: Antônio Gomide (PT), Hélio Lopes (PSDB) e Márcio Corrêa (PL). Os dados estão na prestação parcial de contas eleitorais, cujo prazo para entrega ao TSE terminou na última sexta-feira, 13.

Dos R$ 788.702,53 de receita, Gomide utilizou R$ 358.000,00 – ou 45,4% do total – para os programas do horário eleitoral. Atividades de militância e mobilização de rua consumiram R$ 75.143,00 dos recursos de campanha do petista. Material impresso teve gasto de R$ 74.537,30. Foram R$ 43.410,00 com impulsionamento de conteúdos.

Hélio Lopes, que somou receita de R$ 600.000,00 vindos da direção nacional do PSDB, destinou R$ 102.000,00 para pagar a produção dos programas de rádio, televisão e vídeo. O segundo maior gasto do tucano foi com pessoal, em um total de R$ 95.100,00. Os materiais impressos consumiram R$ 59.950,00 da campanha de Hélio, que teve gasto também de R$ 22.450,00 com cessão ou locação de veículos.

Da receita de R$ 712.580,00, Márcio Corrêa utilizou R$ 150.000,00 para produção de programas no rádio e televisão. Na sequência, a maior conta do candidato até agora foi com serviços advocatícios, em um total de R$ 80.000,00. As despesas com impulsionamento de conteúdo nas redes sociais foram de R$ 75.000,00. As atividades de militância e mobilização de rua foram a quarta maior despesa da campanha, com R$ 63.444,00.

A candidata Eerizania Freitas (União Brasil) teve como principal despesa de campanha as atividades de militância e mobilização de rua: foram R$ 344.350,00 do total de R$ 836.300,00 que ela dispõe de receita. O segundo maior gasto foi com serviços advocatícios, que somam R$ 100.000,00. Os materiais impressos consumiram R$ 40.000,00 e os serviços prestados por terceiros, um total de R$ 34.720,00.

Campanha com menor quantidade de recursos, José de Lima (PMB) utilizou R$ 5.520,00 – dos R$ 13.500,00 disponíveis – para materiais impressos. Esse, inclusive, é o único gasto do candidato nesse primeiro mês de campanha. José de Lima desembolsou grande parte do dinheiro que dispõe, R$ 11.500,00. Os outros R$ 2.000,00 vieram de doação de pessoa física.

PAGAMENTOS

As prestações de contas mostram a quantidade de despesas contratadas e aquelas que já foram pagas pelos candidatos. Antônio Gomide contratou R$ 637.614,71 e pagou R$ 545.237,71. Já Eerizania Freitas contratou R$ 544.070,00 e pagou R$ 5.000,00.

O tucano Hélio Lopes contratou R$ 365.610,60 e pagou R$ 285.402,60. Já o candidato José de Lima contratou R$ 5.520,00 e pagou exatamente esse montante. Márcio Corrêa contratou R$ 456.700,77 e pagou R$ 337.237,77.

A prestação final de contas deve ser entregue entre os dias 7 de outubro e 5 de novembro pelos candidatos. Para aqueles que concorrerem ao segundo turno, o prazo para envio dessas informações vai de 28 de outubro até 16 de novembro.

As prestações entregues até o dia 13 deveriam conter informações sobre as movimentações financeiras e estimáveis efetuadas até 8 de setembro, identificação de doadores e fornecedores, bem como detalhes das receitas e despesas.

Candidatos e órgãos partidários, em todas as suas esferas, têm o dever de prestar contas à Justiça Eleitoral, mesmo se houver ausência de movimentação de recursos de campanha, financeiros ou estimáveis.

A prestação de contas em uma campanha tem como objetivo impedir distorções no processo eleitoral, abuso de poder econômico e desvios de finalidade na utilização dos recursos recebidos, além de preservar a igualdade de condições na disputa.

DESCUMPRIMENTO

Deixar de informar a prestação de contas parcial dentro do prazo previsto ou fazer a sua entrega sem comunicar a efetiva movimentação de recursos caracteriza infração grave, que será apurada no julgamento da prestação de contas final pelo respectivo relator do processo. A não apresentação da parcial também pode comprometer a regularidade das contas, em eventual manifestação técnica sobre a análise dos dados.

Ipasgo Saúde mantém beneficiários mesmo com adesão ao sistema ANS

Governador anuncia abertura de leitos exclusivos em unidades pediátricas e ampliação da rede de atendimento no Entorno do DF

DA REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado anunciou, nesta segunda-feira, 16, que a adesão do Ipasgo Saúde à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não causará a exclusão de beneficiários. "Aquelas 10 mil pessoas que inicialmente seriam excluídas, foi resolvido. Estão todas mantidas", disse ele, durante coletiva de imprensa em que também foram apresentados novos serviços: a abertura de leitos exclusivos em unidades pediátricas e a ampliação da rede de atendimento focada no Entorno do Distrito Federal.

O registro de autogestão do Ipasgo será avaliado pela ANS no dia 27 de setembro. Confirmada a aprovação, o instituto atuará sem finalidade lucrativa e focado na assistência aos servidores públicos de Goiás e seus familiares. A regulação pela ANS deixa inelegíveis celetistas ou servidores federais que, até então, podiam aderir ao plano, no entanto todos aqueles que já são beneficiários do Ipasgo continuam contemplados. Após diálogo junto ao órgão federal, Caiado conseguiu garantir a permanência dos 9.877 beneficiários encaixados nesse perfil em regime de extinção.

Caiado explicou que o registro na ANS garante mais transparência e qualidade aos serviços prestados, além de ser importante ferramenta contra a corrupção que tanto afetou a instituição em gestões passadas. "É um padrão de excelência. O Ipasgo não vai mais ficar a critério de quem governa o Estado. Ou seja, as regras agora são nacionais, exigem uma auditoria, um compliance, como também caixa de reserva", enumerou.

Com a mudança, o Ipasgo Saúde passa a contar com uma reserva financeira de R$ 480,3 milhões assegurada pelo Governo de Goiás. É uma exigência da agência e que servirá como provisão técnica para garantir que as operadoras possam cumprir obrigações futuras com usuários. "Isso mostra para todos os beneficiários que não têm mais aquele risco de amanhã não saber se vai ter ou não condição de ser atendido", sublinhou Caiado.

"Nossa casa comum" queimada, poluída e enfumaçada

MOACIR DE MELO
Economista e empresário em Anápolis
ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA

O primeiro grande chamado para cuidar do meio ambiente com visão global deve ser creditado ao Rotary International, quando o Presidente da Instituição internacional foi o Brasileiro Paulo Viriato Correa da Costa, associado ao Rotary Club de Santos, SP, que, em janeiro de 1.990, revelou aos clubes do mundo seu lema motivacional do ano rotário 1990-91: "Preserve o planeta Terra". Desde então os rotarianos do mundo fazem o que podem mundo afora: preservação de nascentes, plantio de árvores, repovoamento de peixes em rios, incentivos a reciclagens, palestras e por aí afora.

Em sequência de eventos global tivemos na Rio-92, o início mais sério com vista a esta preservação. Poucos resultados colhidos. Porém a semente fora plantada. Já em 2015, na Encíclica "Laudato Sí" o Papa Francisco, visionariamente, endureceu e culpou o homem pelo aquecimento global, cobrou dos países mais ricos responsabilidades para com os mais pobres, previu cenários favoráveis para futuras guerras em decorrência do esgotamento das águas, criticou o consumismo que tem levado a terra a ser um imenso depósito de lixo, chamou a atenção para o fato de culpar o crescimento demográfico ao invés de consumismo desenfreado de uns poucos que está transformando Nossa Casa Comum um lixão de grandes proporções. Porém, com ouvidos moucos, nossas lideranças políticas pouca atenção deram ao chamado papal. Estamos de mal a pior.

Porém, do lado de cá, seguindo os conselhos do pontífice, e com objetivos claros de criar consciência sobre a situação do saneamento básico no Brasil, assegurar o direito ao saneamento básico para todas as pessoas e empenhar por políticas públicas e atitudes responsáveis que garantam a integridade e o futuro de nossa Casa Comum, as Igrejas Cristãs Católica, Evangélica, Episcopal, Presbiteriana e Síria Ortodoxa, se uniram e encetaram a CF Campanha da Fraternidade 2.016, com o Tema: "Casa comum, nossa responsabilidade." Teve, também, objetivos específicos, quais sejam: unir Igrejas, expressões religiosas e pessoas de boa vontade na promoção da justiça e do direito ao saneamento básico em nosso país; estimular o conhecimento da realidade local em relação aos serviços de saneamento básico; incentivar o consumo responsável dos dons da natureza, principalmente da água, ente outros. Poucos resultados colhidos da mesma forma. Lamentável!

Sim, por isto, passados quase 10 anos, pouca coisa ou quase nada mudou na casa chamada Brasil, nem tão pouco no planeta como um todo. Nosso exame de consciência brasileiro acusa: 40 milhões de brasileiros não são atendidos por água tratada; 100 milhões não têm acesso a serviço de coleta de esgotos; 61% dos esgotos não são tratados e são lançados no meio ambiente; só as capitais brasileiras lançam mais de 1,2 bilhão de m3 de esgoto por ano na natureza; 6 milhões de brasileiros não têm acesso a banheiro. Mais: 3,5 milhões de pessoas nas 100 maiores cidades despejam esgotos irregularmente, mesmo tendo rede coletora disponível. Além de tudo isto, triste realidade, agora em setembro/24, o fogo avança sobre mais de sessenta por cento da vegetação e temos um país enfumaçado e sem ação maior dos nossos governantes e sem interesse de nosso povo.

Há de reconhecer que o quadro reflete a caótica situação do Saneamento no Brasil, como também uma cultura política brasileira de pouco ou quase nada investir em saneamento básico: "Saneamento básico não gera votos porque não são vistos", afirmam os políticos que não gostam de desgarrar do poder. A estes o papa Francisco mandou um recado: Investir em saneamento é atender a um direito de todos. O autêntico progresso implica melhoria global nas condições de vida e dos espaços onde transcorre a existência das pessoas. A estrutura e os serviços de saneamento são componentes importantes das habitações: sua insalubridade causa problemas de saúde, psicológicos e emocional.

A missão de zelar pela "Nossa Casa Comum" (Planeta Terra) é de cada um de nós, terráqueos. Conhecer e importar pela realidade de cada cidade, de suas propriedades rurais é uma obrigação de cada residente. Lutar para mudar os conceitos políticos populistas é missão que não podemos esquecer nunca. Tomar conhecimento da importância do saneamento para os residentes é evolução. Que façamos, pois, a nossa parte. O planeta chama por isso! Afinal, a casa é de todos! Cobrar ações concretas e decisivas de nossos governantes é nossa missão. No momento assistimos todos nós, inertes, ações do nosso STF, tão contestado, pedindo empenho de nossos Governantes em tomar ações mais fortes. É hora de todos acordarmos e fazer a nossa parte antes que seja tarde demais!

Café da manhã

'Nossas dúvidas são traidoras e nos fazem perder o que, com frequência, poderíamos ganhar, por simples

ULISSES **AESSE**

ulissesaesse6@gmail.com

Cobertura
A imprensa não pode ser manipulada. Nem deve. No caso da candidatura de Pablo Marçal, ao noticiar a agressão sofrida de José Luiz Datena, durante debate eleitoral, no início, nenhum jornal não noticiou o boletim médico do estado de saúde do coach.

Sem ciência
O 'boletim' noticiado era apenas o da assessoria do candidato à Prefeitura de São Paulo. Sem, lógico, a 'ciência' dos médicos que o atenderam, do boletim médico oficial do hospital. Assim fica fácil passar apenas uma versão.

Oficial
Cobra-se coerência na cobertura do fato. Então, o único boletim verdadeiramente correto e certo é o do hospital.

Fake news
Nas redes sociais, um vídeo sobre uma possível chuvarada em Goiás. Na verdade, não passou de vídeo fake, já que a chuva não aconteceu. Ainda.

Carestia
No supermercado, o quilo da banana nanica custa quase R$ 7,00. Tirou a casca, o consumidor paga quase R$ 7,00 por apenas 400 gramas do produto.

Lembrete
É bom dizer. 1/3 do conteúdo dos noticiários nacionais têm sido em relação às queimada, aos incêndios. A pergunta é: o caso é grave ou não?!!

Aviso dado
Bobo é o bandido que insiste em tentar fazer o 'novo cangaço' em Goiás. O aviso já foi dado. 'Ou o bandido muda de profissão ou muda de Goiás'. O recado já foi dado pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado, mais de *trocentas vezes*.

Leandro recebe o apoio de líderes comunitários

Vereador, Leandro Sena (foto), é um dos representantes da região Sudoeste na Câmara Muncipal de Goiânia. Ativista, fundador da ONG +Ação, Leandro recebeu apoio de várias lideranças comunitárias da Capital, entre elas, as do líder comunitário da Vila União e região, Ulisses Sousa, que apoia a sua reeleição e a de Nadir, liderança do Novo Horizonte. Segundo Ulisses Sousa, todas as demandas da região tem sido e estão sendo levadas ao vereador que vem dando resposta rápida para o cumprimento e a solução das mesmas. Uma delas, será uma ponte nova que vai ligar o bairro ao Jardim Europa, diminuindo o tráfego pesado na região da Avenida Maurício Gomes. A obra já foi autorizada pelo prefeito Rogério Cruz. Sena diz reconhecer a importância dos lideres comunitários, que conhecem, como ninguém, a realidade de seus bairros.

Resveratrol agora em forma de goma
A Trustfuel, unidade de negócios da Vitamedic, inova no mercado de suplementação no Brasil com o primeiro resveratrol em formato de goma. O produto será incorporado ao portfólio da linha Goalmy, lançada no ano passado. O lançamento tem inspiração no mercado norte-americano. No país, a marca introduzirá essa molécula em sua forma pura, oferecendo suplemento prático e fácil de transportar, ideal para a rotina agitada do consumidor moderno. O resveratrol é reconhecido por seus benefícios antioxidantes e por contribuir para a saúde cognitiva e cardiovascular, promovendo o envelhecimento saudável. Esse ativo é indicado principalmente para pessoas entre 30 e 60 anos. 'Estamos atendendo à demanda por produtos práticos e funcionais que oferecem benefícios reais ao consumidor', destaca Laura Benetti, gerente de marketing da Trustfuel.

Re-Descubra Goiânia na Alego
Uma exposição coletiva de fotografias já pode ser vista na Assembleia Legislativa de Goiás. A coletiva reúne trabalhos de 31 fotógrafos, entre eles, o de Malú Rodrigues (foto). A exposição 'Re-Descubra Goiânia' será aberta hoje, às 17h30 e permanece franqueada ao público até o dia 27 deste mês. Goiânia, a capital, foi registrada pelo olhar sensível do coletivo 'Click Goiânia', sob responsabilidade da fotógrafa Valéria Batista.

- A cantora Daniela Mercury cometeu um gesto intempestivo e considerado agressivo por muitas pessoas durante um show na Bahia. Ao atirar uma banqueta, de forma ríspida, ganhou inimigos nas redes sociais, que criticaram a desação da cantora baiana.
- Uma dica sobre a Semana do Cliente Aviva: Costa do Sauípe e Rio Quente Resorts, com até 20% de desconto e Hot Park a partir de R$ 139. A ação vai até 20 de setembro, com utilização de hospedagem até junho de 2025 e ingressos até dezembro de 2024.
- O governador Ronaldo Caiado está certo em cobrar maior punição aos que praticam incêndio e queimadas criminosas em Goiás. O Brasil, por sua vez, se omite a isso, quando o assunto é legislação. A pergunta é: porquê?!!
- Em Cachoeira Alta, Goiás, choveu no domingo...
- 'Lancem sobre ele toda a sua ansiedade, porque ele tem cuidado de vocês'. - **1 Pedro 5:7**

'PABLO MARÇAL DEMONSTROU, EM TODAS AS SITUAÇÕES A QUE TEVE OPORTUNIDADE, SUA FALTA DE CARÁTER. DEMONSTROU, AINDA, QUE É UMA AMEAÇA À CIDADE DE SÃO PAULO. SERÁ DETIDO NO VOTO. MAS, A DESPEITO DISSO, PRECISAVA TAMBÉM SER CONTIDO COM ATOS. FOI O QUE EU FIZ', APRESENTADOR E CANDIDATO JOSÉ LUIZ DATENA, SOBRE PABLO MARÇAL, TAMBÉM, CANDIDATO À PREFEITURA DE SÃO PAULO, APÓS ENTREVERO ENTRE OS DOIS

Pablo Marçal tem alta e pede à Justiça derrubar candidatura de Datena

Pablo Marçal: costela quebrada

FOLHAPRESS

O candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB) recebeu alta do Hospital Sírio--Libanês após ser agredido no debate da TV Cultura neste domingo (15) e disse que irá pedir o indeferimento da candidatura de José Luiz Datena (PSDB), que lhe deu uma cadeirada.

Após a alta, o candidato do PRTB ironizou o adversário do PSDB. "Foi só um esbarrão, né, Datena", disse. "Estou com o sexto arco costal com uma leve fissura".

Em nota, o hospital afirmou que Marçal teve traumatismo na região do tórax à direita e no punho direito, "sem maiores complicações associadas".

Ao sair do local, com o braço direito em uma tipoia e uma tala no dedo, o candidato do PRTB atacou a imprensa e os demais candidatos que, segundo ele, não o apoiaram.

No início da tarde, ele voltou a criticar os adversários e afirmou que, "se fosse alguém pobre, negro e de periferia que tivesse dado a cadeirada, certamente estaria preso. O mesmo aconteceria se tivesse sido eu." "Não recebi solidariedade de nenhum dos candidatos, que ao contrário, enquanto eu era socorrido, continuaram com ofensas contra mim na minha ausência e me acusaram até de ter fugido do debate. Já levei muita pancada nessa vida e não vai ser uma cadeirada que vai me impedir de lutar pelo povo que também apanha todos os dias desses canalhas", declarou.

Candidato procurado por participar do 8/1 é preso no Paraná pela PF

Marcos Geleia: preso pela Polícia Federal

AGÊNCIA ESTADO

A Polícia Federal prendeu, sábado, 14, Marcos Geleia Patriota (Novo), candidato a vereador na cidade paranaense de Céu Azul. Ele era procurado por participação no ato golpista do dia 8 de janeiro de 2023. Marcos Geleia foi levado para Foz do Iguaçu e teve sua prisão comunicada ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ele é um dos três candidatos procurados pela Justiça por ter participado da invasão aos prédios dos Três Poderes. O pedido de prisão havia sido expedido por Alexandre de Moraes.

A lei eleitoral permite que pessoas com mandados de prisão em aberto possam se candidatar a cargos eletivos, com o veto apenas para aqueles que forem condenados com sentença judicial ou decisão colegiada de juízes.

Pastor Dirlei Paiz (PL) tenta se eleger para a Câmara Municipal de Blumenau (SC), Marcos Geleia Patriota (Novo), para a de Céu Azul (PR), e Locutor Henrique Pimenta (PRTB), para a de Olímpia (SP). Eles são alvos de ordens de detenção expedidas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), na investigação sobre os ataques à sede dos Três Poderes após a posse de Lula (PT), em janeiro de 2023. Os três são investigados pelo crime de associação criminosa.

Candidatos em Goiânia focam nos padrinhos e nos votos da periferia

Sandro Mabel (União Brasil), Fred Rodrigues (PL), Adriana Accorsi (PT) e Matheus Ribeiro (PSDB) buscam tirar proveito eleitoral ao destacar o engajamento das principais lideranças que integram as suas alianças na corrida à prefeitura

Helton Lenine

A três semanas das eleições, os candidatos Sandro Mabel (União Brasil), Fred Rodrigues (PL), Adriana Accorsi (PT) e Matheus Ribeiro (PSDB) buscam tirar proveito eleitoral ao destacar o engajamento das principais lideranças que integram as suas alianças na corrida à prefeitura, buscando, principalmente, os eleitores indecisos, hoje em torno de 30%, segundo as pesquisas.

Os prefeitáveis apostam na transferência de votos de seus apoiadores que, de forma diferente, desfrutam de prestígio junto ao eleitorado goianiense. É preciso, nesta fase decisiva da campanha, buscar os votos de quem ainda não escolheu nome para o Paço Municipal.

A participação de padrinhos políticos é importante para a ampliação dos apoios, reforçando junto aos eleitores que só decidem o voto na reta final da campanha eleitoral. Isso não quer dizer, efetivamente, os cabos eleitorais terão força suficiente para mudar o jogo eleitoral.

Outro foco dos prefeitáveis, nestas eleições em Goiânia, é mergulhar fundo na periferia da cidade, em busca dos votos das classes C, D e E, maior contingente do eleitorado. Avançar na periferia é possibilidade de assegurar votos para ampliar os votos e chegar ao seguno turno.

Adriana Accorsi (PT), Fred Rodrigues (PL), Sandro Mabel (UB), Matheus Ribeiro (PSDB), Professor Pantaleão (UP), Rogério Cruz (SD) e Vanderlan Cardoso (PSD)

Força de Caiado

O candidato do União Brasil, Sando Mabel destaca, em todas as aparições públicas, o apoio que tem de Ronaldo Caiado, Afinal, o governador tem mais de 70% de aprovação em Goiânia, tornando-se, assim, um "cabo eleitoral" diferenciado para qualquer candidato.

Caiado, ao lado da primeira-dama Gracinha Caiado e do vice-governador Daniel Vilela, tem participação de caminhadas, carreatas e do horário eleitoral para recomendar voto em Sandro Mabel. "Goiânia precisa de um gestor capaz como Mabel", repete o governador.

O presidente licenciado da Fieg aceitou a candidatura ao Paço Municipal após insistentes convites do governador. "Aceitei o desafio de disputar a prefeitura de Goiânia porque sabia que Caiado estaria ao meu lado não apenas na campanha, mas para tirar a cidade dessa situação administrativa difícil".

Mabel conta também com o legado dos ex-prefeitos Iris Rezende e Maguito Vilela, já que o MDB tem forte densidade eleitoral na capital.

Apoio de Lula

Apesar do desgaste do Partido dos Trabalhadores em Goiânia, Adriana Accorsi não abre mão do apoio do presidente Lula. Ela espera a presença do líder petista em evento de campanha ainda este mês. Adriana aparece ao lado de Lula em fotografias e vídeos veiculados no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão.

Nas pesquisas, Adriana ainda não conseguiu conquistar todos os eleitores de Lula na Capital, conforme votação no pleito presidencial de 2022. O marketing de campanha recomendou evitar a cor vermelha do PT na propaganda eleitoral e ela optou pelo tom lilás.

De forma tímida, Lula recomendou o voto a Adriana Accorsi durante visita a Goiânia para inaugurar trecho do corredor do BRT Norte-Sul. "É uma boa candidata, os goianienses deveriam votar nela".

Adriana conta com o legado do pai, Darci Accorsi, que administrou Goiânia por quatro anos, pelo PT, de 1992 a 1994.

Fred Rodrigues

O candidato do PL, Fred Rodrigues, espera crescer nesta fase da campanha ao explorar a imagem vinculada a Jair Bolsonaro, tanto na propaganda eleitoral de rádio e televisão quanto em eventos da campanha com a visita do ex-presidente. Ele ainda não chegou ao pelotão dos primeiros colocados.

Rodrigues faz contraponto ao PT na expectativa de crescer o suficiente para suplantar Sandro Mabel e Vanderlan Cardoso e quem, sabe, chegar ao segundo turno. Ele busca o voto do eleitor conservador, de direita.

Matheus Ribeiro

Matheus Ribeiro, do PSDB, tem como principal referência, o ex-governador Marconi Perillo que, efetivamente, nunca desfrutou de popularidade em Goiânia. Os tucanos não vivem um bom período político desde que deixou o poder em 2018.

Incomodado, Ribeiro ainda não programou nenhuma caminhada com a presença de Marconi Perillo. Por enquanto, faz campanha-solo, acompanhado apenas dos 36 candidatos do PSDB à câmara de vereadores.

Isolados

Sem padrinho políticos, Vanderlan Cardoso (PSD), Rogério Cruz (SD) e Professor Pantaleão (UP) fazem campanhas aos seus estilos, só com candidatos a vereador. Isso os diferencia dos demais candidatos, que sempre tem algum figurão político em seus palanques.

Vanderlan Cardoso, mesmo sem padrinho político, se posiciona bem nas pesquisas eleitorais, em razão do recall das últimas eleições, já que seu nome esteve presente nos cinco últimos pleitos da Capital e do Estado.

Profissionais a comunicação social entram na disputa eleitoral este ano

Radialistas e jornalistas também estão presentes na disputa eleitoral em Goiânia, este ano.

O apresentador de televisão Matheus Ribeiro é candidato a prefeito pelo PSDB. Em 2022, ele concorreu à Câmara Federal, sem sucesso eleitoral.

O radialista e apresentador de TV Sandes Júnior voltou ao MDB após 25 anos de permanência no PP para disputar a reeleição à Câmara de Vereadores. Ele está no segundo mandato de vereador, foi deputado estadual e deputado federal por várias vezes. Concorreu à prefeitura de Goiânia por três vezes,

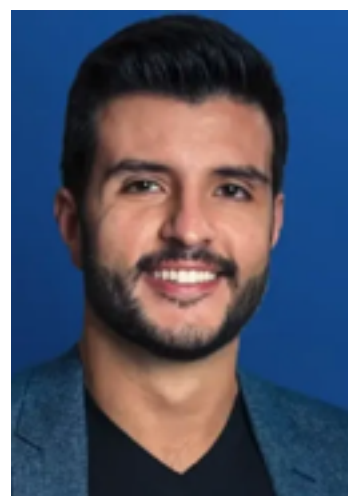
O apresentador de TV Alysson Lima, que já foi vereador e deputado estadual, concorre pelo PSB novo comando ao legislativo, Ele não obteve êxito para a Câmara dos Deputados em 2022.

Arianne Cândido, do União Brasil, estreia na política como candidata a vereadora, pelo União Brasil. Ela tem uma importante "cabo eleitoral": a deputada federal Silvye Alves (UB).

O radialista Jota Sobrinho é candidato ao cargo de vereador em Goiânia pelo Solidariedade, partido do prefeito Rogério Cruz.

Contribuições

O jornalista Matheus Ribeiro justifica a sua candidatura ao Paço Municipal na tentativa de "apresentar novas ideias e práticas políticas". E ressalta: "O goianiense está cansado com esse jeito de fazer política, na base do toma lá, dá cá. O eleitor quer mudar, quer ver algo diferente. Por isso, estou na disputa". Ribeiro foi apresentador da TV Anhanguera por diversos anos.

O vereador Sandes Júnior diz ao Diário da Manhã que atua para permanecer na Câmara Municipal para contribuir com sua experiência em favor de Goiânia.

Matheus Ribeiro: candidato a prefeito

Sandes Júnior: experiência no legislativo

Caiado afirma que Ipasgo manterá todos beneficiários

Ao lado do secretário Adriano da Rocha Lima (Governo) e presidente Vinícius Luz (Ipasgo), governador Ronaldo Caiado explica mudanças junto à ANS, mas garante manutenção de beneficiários

Governador coloca fim às especulações feitas na imprensa e anuncia que Ipasgo manterá servidores antes ameaçados. Gestor anuncia leitos em unidades pediátricas e atendimento no Entorno do DF

Beto Silva

"Aquelas 10 mil pessoas que inicialmente seriam excluídas, foi resolvido. Estão todas mantidas", disse ontem, durante entrevista coletiva, o governador Ronaldo Caiado ao tratar da adesão do Ipasgo Saúde à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ele reiterou que não ocorrerá exclusão de beneficiários.

Caiado disse que manteve diálogo junto ao órgão federal para que 9.877 beneficiários - antes ameaçados - fossem mantidos.

O Ipasgo pleiteia sua autogestão junto à ANS, que, no dia 27 de setembro, decidirá se o instituto está apto a aderir ao sistema. Confirmada a aprovação, o Ipasgo será entidade sem finalidade lucrativa. Continuará voltado para a assistência de servidores públicos de Goiás e familiares.

O que mudará em relação a servidores: ficam inelegíveis celetistas e servidores federais que, até então, podiam aderir ao plano. Desta forma, todos os que são beneficiários do Ipasgo continuam contemplados.

Para Caiado, o registro na ANS traz mais transparência e qualidade aos serviços prestados. E melhor: será um antídoto contra a corrupção. Em vários momentos da história de Goiás o Ipasgo esteve envolvido em escândalos que envolviam a ingerência política.

A instituição foi saqueada em gestões passadas. "É um padrão de excelência. O Ipasgo não vai mais ficar a critério de quem governa o Estado. Ou seja, as regras agora são nacionais, exigem uma auditoria, um compliance, como também caixa de reserva", disse.

Novidades

O Ipasgo Saúde contará com reserva financeira de R$ 480,3 milhões repassados pelo Governo de Goiás, que atende exigência da ANS. "Isso mostra para todos os beneficiários que não tem mais aquele risco de amanhã não saber se vai ter ou não condição de ser atendido", disse Caiado.

O Governo de Goiás anunciou também a criação de 30 leitos pediátricos exclusivos para o Ipasgo Saúde. Serão 10 UTIs pediátricas, 10 enfermarias e 10 apartamentos no Hospital Infantil de Campinas, em Goiânia. A instituição já havia firmado parceria com o Hospital e Maternidade Santa Bárbara, que também destina 30 acomodações exclusivas para beneficiários do Ipasgo Saúde.

Segundo o presidente do Ipasgo Saúde, Vinícius Luz, a solução contribuirá para a solução de um problema histórico de atendimento a gestantes e crianças goianienses ou do interior que migram para a capital em busca de vaga. "Era uma dificuldade muito grande. Agora, os leitos estão garantidos, aguardando o atendimento dos beneficiários", disse.

O governador também anunciou uma estrutura que ampliará o suporte a usuários do Ipasgo Saúde que vivem no Entorno do Distrito Federal. Desta forma, 30 mil beneficiários que moram naquela região contarão com 21 prestadores de serviços e 184 filiais na capital federal que serão credenciados este ano.

Zélia Camelo aparece com 46,92% na corrida eleitoral da Prefeitura de Itapirapuã

Redação

Uma nova pesquisa eleitoral realizada em Itapirapuã, Goiás, coloca Zélia Camelo de Oliveira na liderança com 46,92% das intenções de voto na modalidade estimulada. Seu principal oponente, Dr. Cássio, aparece com 32,05%. O levantamento ainda mostra que 4,10% dos eleitores não demonstram preferência por nenhum dos candidatos apresentados, e 16,92% dos entrevistados afirmam estar indecisos ou não souberam responder. A pesquisa reflete um cenário de clara vantagem para Zélia, que se posiciona como a principal candidata na corrida eleitoral do município.

A empresa responsável pelo levantamento foi a Terra Legal Ltda, que custeou a pesquisa com recursos próprios. Ao todo, foram entrevistados 390 eleitores, contemplando de maneira igualitária 50% de homens e 50% de mulheres. A amostra abrange todas as faixas etárias da população, com destaque para a maior participação de eleitores entre 45 e 59 anos, representando 28% dos consultados, seguidos por 25% de pessoas com 60 anos ou mais

A coleta de dados foi realizada em diversos bairros da cidade, incluindo o Setor Central, São Domingos, Distrito Jacilândia, Setor Cidade Livre, Setor Edla Pacheco, Setor Rodoviário, Bairro Popular, Setor Solon Amaral e COHAB, buscando retratar o cenário político em várias áreas urbanas e rurais de Itapirapuã. A margem de erro do estudo é de 4 pontos percentuais para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 90%, o que dá uma alta precisão aos resultados.

Este levantamento é parte de um contexto maior que analisa o cenário político municipal em um momento decisivo, a menos de 20 dias das eleições. Zélia Camelo, que já possui histórico de atuação política, se fortalece com o apoio de diversas comunidades da cidade. No entanto, Dr. Cássio, seu principal concorrente, ainda possui chances de alterar o quadro, especialmente entre os eleitores indecisos, que representam uma fatia relevante do eleitorado.

Governador pode ir ao Supremo para agir contra incêndios criminoso

Redação

"Queremos tomar medidas temporárias. A destruição provocada pelo fogo vai ter consequências enormes", disse o governador Ronaldo Caiado para a GloboNews ao reforçar a necessidade de endurecimento da legislação durante os momentos críticos das queimadas.

Ele reafirmou que é prerrogativa dos Estados agirem paralelamente à União em situações de emergência.

O governador disse que, em Goiás, 12 suspeitos já foram detidos por conta de incêndios criminosos.

"Nenhum produtor vai provocar sua autodestruição. Quando se passa o fogo na terra, se destroem 20 anos de preparo daquele solo", disse Caiado, justificando as suspeitas de ações criminosas que prejudicam os produtores.

Caiado foi duro contra o governo federal, que não atua para coibir o problema: "Só agora o governo federal resolveu liberar verba. Já não vai resolver mais nada, o prejuízo está instalado e os Estados terão de arcar com queda na arrecadação, desemprego, óbitos e destruição do meio ambiente".

Comandada por Marina Franceschini, Mônica Waldvogel e Nilson Klava, a entrevista serviu para Caiado mostrar um ponto de vista direfente da maioria dos estados: o governador confirmou que vai brigar pelo direito de tomar medidas administrativas e judiciais contra quem provoca incêndios criminosos.

Fio Direto

HELTON LENINE
heltonlenine@gmail.com

Engajamento
Governador Ronaldo Caiado gravou em agosto e setembro 140 vídeos pedindo votos para os candidatos a prefeito do União Brasil, MDB e partidos aliados.

Euforia
Vice-governador Daniel Vilela mostra otimismo em relação às campanhas dos candidatos do MDB em Aparecida de Goiânia, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Catalão, Caldas Novas, Goiatuba, Valparaíso de Goiás e outras de pequeno porte.

Só na TV
Pelo andar da carruagem, o presidente Lula deverá participar da campanha de Adriana Accorsi (PT) apenas pelos programas eleitorais de rádio e televisão.

Ele vem
Já o ex-presidente Jair Bolsonaro confirma presença, em Goiás, dia 24 deste mês, para reforçar as campanhas do Professor Alcides (Aparecida), Fred Rodrigues (Goiânia) e Márcio Correa Anápolis.

Mulheres
Só para lembrar: das sete candidaturas à prefeitura de Goiânia, há uma a prefeita (Adriana Accorsi) e qutro a vice: Sucena Hummel (Vanderlan Cardoso), Cláudia Lyra (Sandro Mabel) e Bartira |Macedo (Matheus Ribeiro) e Luciana Amorm (Professor Pantaleão).

Rejeição
Maior desafio de Adriana Accorsi neste primeiro turno em Goiânia: reduzir a rejeição, por conta do desgaste do PT junto ao eleitorado goianiense.

Quem vai?
De acordo com especialistas, o segundo turno em Goiânia será disputado por Adriana Accorsi (PT) e Sandro Mabel (UB ou Vanderlan Cardoso (PSD). A conferir.

Indefinições
Em Aparecida de Goiânia e Anápolis, as pesquisas mostram possibilidade de realização de segundo turno na corrida às prefeituras.

Desânimo
Mais uma vez o PSDB marconista entra sem entusiasmo nas eleições para as prefeituras goianas. São poucas as cidades onde há favoritismo dos tucanos.

No radar
A maioria dos políticos goianos participar das eleições deste ano como "cabos eleitorais", de olho no pleito de 2026 quando pretende concorrer a cargos majoritários (governador, vice e senador).

Velha política
Ex-prefeitos da chamada "velha guarda" aparecem como candidatos ou apoiadores em grande parte dos municípios goianos. Eles impedem o surgimento de novas lideranças politicas.

Cadeirada de Datena em Marçal mostra o baixo nível da política

A cadeirada de José Luiz Datena PSDB) em Pablo Marçal (PRTB), no debate da TC Cultura, neste domingo (15), é mais um triste capítulo da baixaria da política brasileira. O que o eleitor espera dos candidatos a presidente, governador e prefeito é debate de ideias, apresentação de propostas e não ataques pessoais. Na história do país, muitos capítulos foram escritos com agressões morais e físicas, atentados e mortes, o que envergou os brasileiros. Datena e Marçal mostram não estar à altura de uma gestão para a maior cidade da América Latina. Pesquisas qualitativas sinalizam que agressão pessoal não rende votos. Pelo contrário, aumenta a rejeição. Vítimas de atentados ou acidentes – Iris Rezende, Jair Bolsonaro, Donald Trump, por exemplo, cresceram nas pesquisas após imprevistos em campanha eleitoral. Pelo interior de Goiás, têm-se notícia também de campanhas acirradas, com agressões verbais e tentativa de descontruir biografias e nem por isso que parte para o ataque se sobressai no processo eleitoral. O eleitor, dizem especialistas, querem candidatos equilibrados, respeitosos e que se preocupem com o coletivo. Fora desse perfil, é baixar o nível, mostrar desespero, ou seja, meio caminho para a derrota eleitoral. Queira Deus que novos episódios como esse de Datena/Marçal não se repitam nas eleições municipais deste ano.

Clima de campanha

Menos de três semanas, a campanha eleitoral ganhou s ruas na corrida às prefeituras nas 246 cidades goianas. Com maiores restrições, impostas pela legislação eleitoral, a população de Goiânia, Aparecida e Anápolis, por exemplo, já tomam conhecimento de quem está no páreo nestas eleições. As caminhadas, carreatas e palanques móveis já movimentam as cidades. Os eleitores indecisos já saem do "muro" e começam a escolha de candidatos a prefeito e vereador.

Sílvye Alves e as mulheres

A deputada federal Sílvye Alves (foto) entrou para valer nas campanhas a prefeito e vereador (a) do União Brasil, MDB e partidos aliados em cidades como Goiânia, Aparecida, Anápolis, Senador Canedo, Trindade, Rio Verde. Ao lado do governador Ronaldo Caiado, vice Daniel Vilela e primeira-dama Gracinha Caiado, a parlamentar tem mobilizado o eleitorado feminino. "Estamos mostrando a importância das mulheres na vida pública de Goiás e do país".

Caiado: agressão em debate de televisão desgasta imagem do Brasil

Ronaldo Caiado: debate é para discutir propostas

Redação

O governador Ronaldo Caiado (União Brasil) lamentou a agressão do candidato José Luiz Datena (PSDB) a Pablo Marçal (PRTB) durante debate na TV Cultura, domingo (15), em São Paulo. Datena atirou uma cadeira no concorrente.

"Muito triste, né?! Ao assistir isso, você tira a beleza do debate, você tira a capacidade do cidadão em poder analisar um candidato reprimindo o outro. Você faz uma análise de competência, uma análise de propostas, uma análise de poder dizer com conhecimento de cálculo que ele pode melhorar a vida das pessoas. Mas quando parte para um processo como este, os candidatos perdem e a população também passa a não ter mais a atenção voltada à um instrumento que é muito importante, porque o debate é que a pessoa que está assistindo vai poder clarear o que ele quer, o que ele deseja naquele momento", afirmou Caiado aos jornalistas.

De acordo com o governador, trata-se de algo que pode, ainda, gerar uma imagem negativo para o País. "Não é uma agressão entre duas pessoas que vai definir o voto de ninguém. Pelo contrário, isso vai assustar. Ora, democracia não cabe nesse tipo de comportamento. Então, nós não podemos permitir que, em um debate de ideias, as coisas caminhem para esse lado. É algo que realmente constrange o Brasil em um cenário internacional", ponderou Caiado.

Justiça eleitoral autoriza candidatura de Nivaldo Melo, em Pirenópolis

Nivaldo Melo: candidatura liberada

Redação

Após ter a candidatura à reeleição indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), o prefeito de Pirenópolis, Nivaldo Melo (PSDB), logrou êxito em nova decisão do órgão, deferida, sábado (14), que autoriza o registro da candidatura do político.

O argumento da sentença anterior apontou para improbidade administrativa e desaprovação de contas públicas. Após recurso da defesa de Nivaldo, o novo documento, no entanto, assinado pela juíza eleitoral Mariana Amaral de Almeida Araújo, afirma que o ato doloso de improbidade administrativa foi desconstituído pelo Judiciário.

A decisão frisa "reconhecer a ausência do dolo específico" na conduta de Nivaldo referente à rejeição de contas e afasta a incidência de inelegibilidade em função dos fundamentos constitutivos. "Isto posto, conheço e dou provimento aos embargos declaratórios para modificar a sentença", frisa o documento, ao deferir a candidatura do prefeito.

A Promotoria da 26ª Zona Eleitoral do Ministério Público Eleitoral (MPE) pediu, no fim do mês de agosto, a impugnação de registro da candidatura do prefeito de Pirenópolis, Nivaldo Antônio de Melo (PSDB), à reeleição. O TRE sentenciou, em seguida, que o tucano ficaria inelegível até 28 de julho de 2026, pois teve suas contas rejeitadas por irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa, em decisão definitiva do Tribunal de Contas da União (TCU), transitada em julgado.

Arma eleitoral: problema nas capitais, segurança vira tema das campanhas

Embora governos estaduais tenham mais responsabilidade nesta área, especialistas afirmam que prefeituras também podem atuar em ações específicas

Redação

Às vésperas das eleições municipais, a segurança pública é citada como principal problema por moradores de sete das dez capitais mais populosas do país, segundo as pesquisas Quaest.

Reflexo de fenômenos que assolam as grandes cidades, o medo da população vem servindo de munição no debate eleitoral — e a segurança, área na qual os municípios têm limitações para atuar, "invade" as campanhas por meio de promessas e trocas de farpas. Seis a cada dez candidatos nas 26 capitais falam em aumentar o poder da Guarda Municipal, por exemplo. Também pululam propostas voltadas para a vigilância tecnológica, enquanto a iluminação pública passou a ser menos mencionada.

Apesar de a Constituição dizer que a segurança pública é "direito e responsabilidade de todos", a Carta dá mais responsabilidades aos governos estaduais, que controlam as polícias Civil e Militar. As prefeituras podem atuar por meio das Guardas, criadas para a "proteção de bens, serviços e instalações", e também com medidas preventivas. No processo eleitoral, no entanto, o debate costuma ser genérico, sobretudo com sugestões mirabolantes de crescimento da Guarda.

Em um cenário de queda nos homicídios, o que chama a atenção é que as cidades mais violentas do país, segundo os dados do Atlas da Violência, não são necessariamente as que estão dizendo agora, nas pesquisas eleitorais, que têm a segurança como maior preocupação. Isso se dá, avalia o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, por causa da ascensão nos grandes centros urbanos de problemas como as cracolândias, o medo de que o roubo de celular resulte em crimes financeiros e a disseminação do crime organizado.

— De um lado, cracolândia; de outro, presença de facções e milícias tomando conta do território, regulando o que pode e o que não pode, fazendo com que muitas vezes a vida das pessoas seja mais determinada pelo crime do que pela lei — explica. — E, se tem cracolândia, tem mais celular furtado, golpes virtuais e financeiros.

Inquietação

Os maiores percentuais de inquietação com a segurança nas capitais, acima dos 40%, estão no Rio (60%), Salvador (51%), Vitória (47%) e Fortaleza (45%). Entre elas, apenas o município capixaba não está entre os mais populosos do Brasil. Em São Paulo, maior cidade do país, 32% dos entrevistados colocam o tema no topo dos problemas.

É no Centro paulistano, inclusive, que se forma a cracolândia mais conhecida, palco de diversas cenas de assaltos e incursões policiais nos últimos anos.

Medidas preventivas

A eleição carioca é exemplar da presença constante da segurança no debate. Apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, Alexandre Ramagem (PL) afirma que a prefeitura precisa ser "protagonista" se o Rio quiser reverter o problema. O prefeito Eduardo Paes (PSD), por sua vez, adota uma estratégia tripla: joga a responsabilidade para o estado, associa Ramagem ao governador Cláudio Castro (PL) e elenca medidas que adotou à frente do município para prevenir delitos.

— Se os candidatos quiserem fazer um debate sério, as prefeituras podem ter um papel gigantesco na área. O problema é que não estou vendo isso — avalia Renato Lima. — A segurança é, sim, uma atribuição do município. De forma subsidiária, claro. Mas a população está pouco preocupada com quem vai resolver: ela quer circular livremente, ter um atendimento decente.

Entre as possíveis formas de atuação, o sociólogo elenca medidas preventivas de planejamento urbano, como melhorias na iluminação das ruas, além da oferta de serviços públicos variados. Também aponta aspectos de controle do território, já que questões fundiárias, por exemplo, cabem às prefeituras. A Guarda Municipal, diz o pesquisador, deveria se concentrar mais no papel de fiscalizadora.

Ampliar, armar, transformar em polícia, instalar câmeras nas fardas e até criar uma Guarda específica para mulheres são propostas que compõem os programas de governo nas capitais, mostra o levantamento do GLOBO. Em todas elas, ao menos um candidato sugere alguma medida do tipo.

Além de promessas envolvendo a Guarda, um levantamento feito pelo projeto Vota Aí!, parceria da Unicamp com o Iesp-Uerj, comparou os programas de governo apresentados pelos candidatos a prefeito nesta eleição com os de 2020. Os dados indicam um crescimento de propostas ligadas a algum tipo de vigilância, como a instalação de câmeras, e menções a tecnologias controversas como reconhecimento facial e inteligência artificial — que saltaram 156% e 219%, respectivamente.

Segundo o pesquisador, evidências científicas indicam que políticas públicas de ocupação do espaço urbano, como melhora da iluminação e abertura de comércio, provocam efeitos positivos na redução da criminalidade. Os dados levantados pelo Vota Aí!, contudo, mostram uma diminuição de 11% nas menções à iluminação pública nos programas de governo de quatro anos para cá.

Renato Lima coloca o crime de estupro como um que a prefeitura tem meios para ajudar a evitar. Além da iluminação, medidas como mudança de local de pontos de ônibus e um monitoramento mais eficaz de praças, por exemplo, podem tornar o espaço público mais seguro para mulheres.

AXS ENERGIA

AXS ENERGIA UFV GOIAS SPE LTDA.

CNPJ: 46.409.396/0001-26 - NIRE: 52205613899

2ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular de alteração do ato constitutivo: **AXS Energia S.A.,** pessoa jurídica de direto privado, com sede na Rua Cruz e Souza, nº 57, sala 601, Centro, na cidade de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.020-710, CNPJ nº 39.995.556/0001-09, NIRE 42300052485, representada pelo Sr. **Rodolfo de Sousa Pinto,** nacionalidade brasileira, nascido em 12/04/1973, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.315.629-57, com Carteira de Identidade sob o nº 3980936, órgão expedidor SESP-PR, residente à Rua Jornalista Narbal Villela, nº 56, apto. 801, bloco A, João Paulo, Florianópolis/SC, CEP 88.030-500, neste ato representada na forma de seu estatuto social doravante denominada "Titular"; Titular da totalidade do capital social **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda.",** com sede na Fazenda Polônia - Outros GO-118 KM-91, s/nº, Código do Imóvel no Incra nº 931144001058-8, NIRF nº 1.591.681-2, Área Rural, no Município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás, CEP 73.780-000, inscrita no CNPJ sob o nº 46.409.396/0001-26, com seus Atos Constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE nº 52205613899, ("Sociedade"), decide por alterar o Contrato Social da Sociedade e tomar as seguintes deliberações: 1. O capital social da Sociedade é aumentado em R$ 10.000,00 (dez mil reais), mediante a subscrição de 1 (uma) quota, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), pela sociedade **AXS Energia Unidade 10 S.A., <u>sócia admitida neste ato</u>,** com sede na Rua Demétrio Ribeiro, 74 - Ed. Centro Empresarial Demétrio Ribeiro - sala 602, Centro, no Município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, CEP 88.020-700, inscrita no CNPJ sob o nº 50.117.634/0001-05, com seus Atos Constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE nº 42207678264, neste ato representada pelo Sr. **Rodolfo de Sousa Pinto,** nacionalidade brasileira, nascido em 12/04/1973, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob o nº 015.315.629-57, com Carteira de Identidade sob o nº 3980936, órgão expedidor SESP-PR, residente à Rua Jornalista Narbal Villela, nº 56, apto. 801, bloco A, João Paulo, Florianópolis/SC, CEP 88.030-500, mediante pagamento, na presente data, em moeda corrente nacional. 2. Transformar, independentemente de dissolução e liquidação, a **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda."** em sociedade anônima, sob a denominação de **"AXS Energia UFV Goias SPE S.A."**, não importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor todos os direitos e obrigações sociais, o mesmo patrimônio, a mesma escrituração comercial e fiscal. 3. Aprovar a inclusão da atividade geração de energia elétrica (CNAE 3511-5/01) no objeto social. 4. Manter inalterada a cifra do capital social da Sociedade, que foi aumentado de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para R$ 20.000,00 (vinte mil reais) nos termos da deliberação do item 1 da presente alteração contratual, dividido em 20.000 (vinte mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme conversão constante no **Anexo I** à presente alteração contratual. 5. Aprovar o projeto do Estatuto Social da Sociedade que constitui o **Anexo II** à presente alteração contratual. 6. Eleger, para os cargos de Diretor Presidente o Sr. **Rodolfo de Sousa Pinto**, brasileiro, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, nascido em 12/04/1973, residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua Jornalista Narbal Villela, 56, apto. 801-A, Bairro João Paulo, CEP: 88030-500, portador da Cédula de Identidade nº 3.980.936-2 - SESP/PR e do CPF nº 015.315.629-57, e para o cargo de Diretor Financeiro o Sr. **Paulo Thomazoni,** brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da careira de identidade no 11 542 865, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no 088 390 568-07, residente à Rua José Maria Lisboa, 1000, apartamento 102, Jardim Paulista, na cidade de São Paulo (SP), CEP 01423-002, ambos com mandato de 2 anos e 4 meses, com início em 01/08/2024 e encerramento em 31/12/2026. 7. Os membros da diretoria ora eleitos, para mandato de 2 anos e 4 meses, tomaram posse nos seus cargos mediante assinatura do respectivo termo de posse, na forma do **Anexo III**, e aceitaram seus cargos, tendo cada um deles declarado expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial e que nunca foram condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o seu acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. 8. Fixar que a remuneração global anual da administração da Companhia será aprovada na primeira Assembleia Geral Ordinária da Companhia. 9. Não instalar o Conselho Fiscal de forma permanente, sendo este instalado apenas a pedido dos acionistas, conforme previsto nos artigos 10 e 11 do Estatuto Social ora aprovado e conforme facultado pelos artigos 138 e 161 da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). 10. Declarar inocorrente a hipótese de existência da realização e do depósito de que trata o art. 80, incisos II e III da Lei das S.A., por se tratar de simples transformação de tipo jurídico e estar integralizada a totalidade do capital social. 11. Publicar os atos societários previstos na Lei das S.A. no Jornal **Diário da Manhã** de Água Fria de Goiás/GO ou no **Diário Oficial do Estado de Goiás.** 12. Dar por efetivamente transformada a **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda."** em sociedade anônima, sob a denominação de **"AXS Energia UFV Goias SPE S.A."**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 13. Delegar poderes para a Diretoria da Companhia tomar todas as providências e praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas. 14. Lavrando-se esta alteração contratual que, após lida, foi aprovada pelas sócias **"AXS Energia UFV Goias SPE Ltda."** e **AXS Energia Unidade 10 S.A."** as quais passam à condição de acionistas da "**AXS Energia UFV Goiás SPE S.A."**, devendo ser arquivada no Registro Público de Empresas Mercantis. E, por estarem de acordo, a Titular assina presente instrumento. Água Fria de Goiás (GO), 29 de julho de 2024. **<u>Sócia</u>: AXS Energia S.A. por: Rodolfo de Sousa Pinto; AXS Energia Unidade 10 S.A. por: Rodolfo de Sousa Pinto. Visto Advogado - Luis Gustavo Bombo -** (OAB-SP-216220). **<u>Anexo II</u> - <u>Estatuto Social</u> - <u>AXS Energia UFV Goias SPE S.A.</u> -** CNPJ: 46.409.396/0001-26 - NIRE: 52205613899 - **Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º.** A **AXS Energia UFV Goias SPE S.A.** ("<u>Companhia</u>") é uma sociedade anônima de capital fechado e reger-se-á pelo presente Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das S.A.</u>") e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Fazenda Polônia - Outros GO-118 KM-91, s/nº, Código do Imóvel no Incra nº 931144001058-8, NIRF nº 1.591.681-2, Área Rural, no Município de Água Fria de Goiás, Estado de Goiás, CEP 73.780-000. **§ 1º.** A Companhia poderá abrir, instalar, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, por deliberação da sua Administração, obedecidas as disposições legais vigentes. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a locação e a gestão de usinas de minigeração solar fotovoltaica, podendo promover a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros (CNAE 7739-0/99), e geração de energia elétrica (CNAE 3511-5/01). **Artigo 4º.** A Companhia inicia suas atividades na data de 11/05/2022 e o seu prazo de duração é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social: Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional e dividido em 20.000 (vinte mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das S.A. **§ 2º.** A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **Artigo 6º.** A Companhia poderá emitir debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela, nas condições constantes de escritura, do certificado, sendo que as emissões serão deliberadas pela Assembleia Geral Extraordinária, observado o que dispõe o artigo 59 da Lei das S.A. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 7º.** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral deverá ser convocada na forma da lei, sendo os trabalhos dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do parágrafo 2º abaixo. **§ 2º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente da Companhia, que escolherá o secretário da mesa, podendo este ser terceiro não vinculado à Companhia. **Artigo 8°.** A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, será composta por 2 (dois) membros, residentes no país, sendo 01 (um) Diretor Presidente e 01 (um), com prazo de mandato de 02 (dois) anos e 4 (quatro) meses, sendo permitida a reeleição. **Capítulo IV - Da Diretoria: § 1º.** Ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro caberá a responsabilidade e representação ativa e passiva da Companhia, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da Companhia, ficando vedado, entretanto o uso do nome empresarial em negócios estranhos aos fins sociais. **§ 2º.** São de competência exclusiva do Diretor Presidente: **(i)** Orientar e coordenar as atividades dos demais Diretores dentro das atribuições e poderes conferidos a tais Diretores por este Estatuto Social e por deliberações dos acionistas; **(ii)** Decisões que sejam de significância substancial para a estratégia da Companhia; **(iii)** Estabelecimento de diretrizes gerais de negócios da Companhia; **(iv)** Início, modificação, suspensão ou abandono do desenvolvimento, criação, implementação ou operação de uma transação comercial ou atividade envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(v)** Celebração de qualquer acordo de joint venture, associação ou cooperação comercial envolvendo a Companhia ou de importância estratégica para a Companhia; **(vi)** Aprovação da aquisição, venda, transferência, locação, constituição de gravame ou qualquer forma de alienação dos bens da Companhia envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); **(vii)** Aprovação de investimentos ou gastos de capital pela Companhia envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(viii)** Aprovação de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis ou outro endividamento; **(ix)** Aprovação de celebração, rescisão, variação ou renúncia de qualquer contrato envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(x)** Aprovação da concessão ou contratação pela Companhia de quaisquer garantias em relação a qualquer obrigação da Companhia envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(xi)** Aprovação de concessão ou contratação de garantias em benefício de terceiros; **(xii)** Aprovação para a realização e participação em processo de licitação pública; **(xiii)** Aprovação para a assinatura de contratos de compra e venda de energia (PPAs) em mercados regulamentados e livres e geração distribuída e a comercialização de quaisquer acordos complementares não contratados; e **(xiv)** aprovação da assinatura de contratos de locação de equipamentos, de prestação de serviços de operação e manutenção, de cessão de uso de imóvel, bem como a participação em e a constituição de consórcios e cooperativas, todos relacionados ao setor de geração distribuída de energia. **§ 3º.** O Diretor Financeiro poderá, isoladamente, realizar e assinar: **(i)** Pagamentos e transferências bancárias para empresas do mesmo grupo econômico da Companhia, ou seja, para suas Controladas, Controladas e coligadas, mesmo envolvendo valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma única transação ou uma série de transações relacionadas; **(ii)** Toda documentação referente às licenças e autorizações necessárias ao funcionamento de Usinas Solares Fotovoltaicas (UFVs), junto a órgãos públicos e concessionárias de energia elétrica; e **(iii)** Atos de representação e gestão/administração da Companhia, que envolvam deliberações que não sejam de competência exclusiva do Diretor Presidente, inclusive que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia. **§ 4º.** Compete ao Diretor Financeiro assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia e exercer as atividades ordinárias referentes às funções Financeiras que lhes tenham sido atribuídas pelo Diretor Presidente, por este Estatuto ou pela Assembleia Geral. **§ 5º.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão **(i)** ser assinadas pelo Diretor Presidente, **(ii)** especificar expressamente os poderes conferidos; **(iii)** vedar o substabelecimento; e **(iv)** ter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **§ 6º.** O prazo previsto no parágrafo acima e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos. **§ 7º.** Ocorrendo vacância, afastamento, renúncia ou impedimento, definitivo, deverá de imediato ser convocada uma Reunião da Diretoria que elegerá o novo Diretor. **Artigo 9º.** Todos os documentos que criem obrigações para a Companhia ou desonerem terceiros de obrigações para com a Companhia, exceto as que envolvam atividades de competência privativa do Diretor Presidente, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a Companhia, ser assinados: (a) pelo Diretor Presidente ou (b) pelo Diretor Financeiro ou procurador observando-se quanto à nomeação de procuradores o disposto no parágrafo seguinte. **§ 1º.** As procurações outorgadas pela Companhia deverão (i) ser assinadas pelo Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, inclusive quando se tratar da assunção das obrigações de que trata o artigo anterior; (iii) vedar o substabelecimento e (iv) ter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano. **§ 2º.** O prazo previsto no parágrafo acima e a restrição quanto a substabelecimento não se aplicam às procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos. **§ 3º.** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada por um Diretor ou um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Assembleia Geral. **§ 4º.** São expressamente vedados, sendo nulos e ineficazes em relação à Companhia, os atos praticados por Diretores, procuradores ou empregados, em negócios estranhos ao objeto social, neles incluída a prestação de fiança, aval, endosso ou qualquer garantia não relacionada ao objeto social ou que sejam contrários ao disposto neste Estatuto Social. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 10.** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Artigo 11.** Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **§ 3º.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. **§ 4º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **§ 5º.** Somente receberá a remuneração o Conselheiro Fiscal que efetivamente exercer suas funções e sua remuneração será proporcional ao tempo de funcionamento do Conselho Fiscal. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Distribuição dos Lucros: Artigo 12.** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, oportunidade na qual serão levantados os balanços patrimoniais da Companhia e o administrador prestará as contas da sua administração. **Artigo 13.** Os lucros e/ou prejuízos apurados em balanço a ser realizado após o término do exercício social serão destinados aos acionistas, podendo, todavia, optar pelo aumento de capital utilizando os lucros e/ou pela compensação dos prejuízos em exercícios futuros. **Capítulo VII - Juízo Arbitral: Artigo 14.** A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto Social, perante a Câmara de Mediação e Arbitragem da ACIF - CMAA, nos termos do seu Regulamento. **§ 1º.** A arbitragem será processada na cidade de Florianópolis, SC, por 03 três árbitros, cada parte escolhendo um, e estes dois escolhendo um terceiro, e em português. **§ 2º.** Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para, sem prejuízos à cláusula compromissória e sem importar em sua renúncia: executar sentença arbitral ou obrigações líquidas certas e exigíveis; obter medidas coercitivas ou procedimentos acautelatórios de natureza preventiva, como garantia ao procedimento arbitral a ser iniciado ou já em curso; ou obter medidas de caráter mandamental e de execução específica. **Capítulo VIII - Da Liquidação da Companhia: Artigo 15.** A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Capítulo IX - Disposições Finais e Transitórias: Artigo 16.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A. **Artigo 17.** É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais. **Artigo 18.** A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar, por maioria de votos, sobre a transformação do tipo jurídico da sociedade. Água Fria de Goiás (GO), 29 de julho de 2024. Acionistas: (a) **AXS Energia S.A.** por: **Rodolfo de Sousa Pinto;** (b) **AXS Energia Unidade 10 S.A.** por: **Rodolfo de Sousa Pinto. Visto Advogado: Luis Gustavo Bombo -** (OAB-SP 216220). **JUCEG** - Certifico o Registro em 11/09/2024 sob nº 52300049016. Protocolo: 242651828 de 02/08/2024. Paula Nunes Lobo Veloso Rossi - Secretária-Geral.

EDITOR DMREVITSA
MARCUS VINÍCIUS BECK
mvbeck20@gmail.com
diariodamanhaoficial
diariodamanha
dmtvgoiania

ARTES CÊNICAS

Poética do desastre esquecido

Espetáculo 'Dractividade' revisita acidente com Césio-137, em Goiânia, explorando conexão simbólica com desastres nucleares e marginalização da comunidade LGBTQIAPN+. Peça é encenada hoje no Martim Cererê

Inglid Martins

Neste mês o Brasil lembra os 37 anos do acidente radiológico com o Césio-137, em Goiânia, ocorrido em 13 de setembro de 1987. O espetáculo "Dractividade" será exibido hoje, às 19h30, no Centro Cultural Martim Cererê e revisita essa tragédia com teatro, dança e música, abordando conscientização, inclusão social e preservação histórica, conectando-a a outras tragédias nucleares e trazendo à tona questões de memória, invisibilidade e resistência.

Mais do que uma peça sobre um desastre, é reflexão poética e crítica que traça paralelo entre a tragédia do Césio-137 e as lutas contemporâneas da comunidade LGBTQIAPN+. Através da figura de uma drag queen radioativa, o espetáculo aborda a resistência, a vulnerabilidade e a desumanização enfrentada por grupos marginalizados, usando uma fusão de teatro, dança e música pop para criar uma experiência única e impactante.

A criação do espetáculo começou em 2019, quando Eddy Avlis, dramaturgo e ator, decidiu explorar o acidente com o Césio-137. Em entrevista ao Diário da Manhã, ele explica que a ideia surgiu da sua vontade de conectar a tragédia a elementos da cultura pop. "Quando comecei a pesquisar sobre o Césio-137, o que mais me chamou a atenção foi a inocência das pessoas envolvidas", diz Avlis. "Ninguém sabia do perigo daquele pó brilhante. A criança que brincava com as pedrinhas não tinha a menor ideia do risco."

Avlis enfatiza que a relação com o brilho foi um ponto de partida crucial para o espetáculo. "O brilho, tão sedutor e mortal no caso do Césio, ecoa na cultura pop, que eu consumo desde pequeno. Essa dualidade — algo fascinante e inocente, mas que esconde perigos profundos — é refletida no final do espetáculo. É lindo de ver, mas carrega um peso forte."

ANDRÉ MIRANDA/ DIVULGAÇÃO

Ator Eddy Avlis diz que espetáculo conecta tragédia a elementos da cultura pop

A drag queen radioativa é o coração de "Dractividade". Essa personagem, diz Avlis, é carregada de camadas simbólicas. "Eu quis trazer a questão da descoberta do corpo e dos desejos que nós, pessoas LGBTQIAPN+, experimentamos durante a adolescência e juventude", explica. "A vulnerabilidade dessa fase é intensa. Sentimentos desorganizados e a sociedade muitas vezes se aproveita disso para criticar e marginalizar."

Avlis se inspira fortemente em Lady Gaga ao criar a drag queen radioativa. "Quando vi as roupas que usaram para limpar a área contaminada pelo Césio, imediatamente lembrei de uma roupa que Lady Gaga usou na turnê 'Born This Way', em 2012. Era surreal e performática, protegendo o corpo inteiro, mas ao mesmo tempo, estranha e poderosa."

A drag queen radioativa não é apenas figura visualmente impactante, mas também símbolo de resistência e ressignificação. "Ela usa sua aparência extravagante como uma armadura e uma forma de expressar sua identidade e história. É uma metáfora da luta pela dignidade, tanto das vítimas do Césio quanto da comunidade LGBTQIAPN+."

Acidente

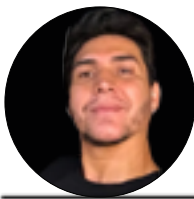
Em 13 de setembro de 1987, Goiânia sofreu um grave acidente radiológico com o Césio-137, quando um aparelho de radioterapia abandonado foi desmontado por catadores de sucata, resultando em contaminação massiva. Aproximadamente 320 foram consideradas como vítimas oficiais afetadas diretamente e recebem cerca de R$ 954 pagos pelo governo de Goiás. Quatro mortes diretas e dezenas com sérios problemas de saúde.

Embora de acordo com informações da Avicésio, mais de 6 mil pessoas foram contaminadas. A tragédia ainda deixou como herança mais de 20 toneladas de lixo radioativo, e a cidade enfrentou uma crise de saúde pública e ambiental significativa.

Décadas depois, as vítimas ainda lidam com graves sequelas físicas e psicológicas, como câncer e dificuldades financeiras. A falta de suporte contínuo e adequado tem agravado a situação, deixando muitos em condições precárias e sem assistência médica adequada. O poder público, que inicialmente ofereceu ajuda emergencial, falhou em manter o suporte necessário. As vítimas dependem de esforços isolados e ONGs.

No cerne de "Dractividade" está a crítica à invisibilidade e à marginalização das vítimas do Césio-137 e da comunidade LGBTQIAPN+. "As vítimas do acidente foram protegidas em um momento, mas hoje são esquecidas, carregando cicatrizes físicas e emocionais que a sociedade ignora", afirma Avlis. " Dentro da nossa própria comunidade, há diversidade e discriminação. A forma como alguém se expressa, se veste ou fala leva a julgamentos."

Dirigido por Ronei Vieira, o espetáculo é uma fusão de teatro físico, dança e música pop que cria uma experiência sensorial e crítica. Vieira fala sobre desafio de entrelaçar essas temáticas complexas. "A ideia inicial surgiu de uma provocação sobre o que a arte pode comunicar. Eddy trouxe o desejo de abordar tanto a tragédia do Césio-137 quanto elementos da cultura pop e LGBTQIAPN+", explicou. "O principal desafio foi representar essa conexão de forma poética, sem ser didático. Queríamos que o público pudesse fazer suas próprias leituras."

DRACTIVIDADE
Hoje, às 19h30
Martim Cererê
Setor Sul
1 kg de alimento
Sympla

SALA VIP

RAFAEL GARCIA

ANKAI

DIVULGAÇÃO

Mato Grosso Goiano
Nesta quinta-feira, 19 de setembro, o naturalista, pesquisador e ornitólogo Estevão F. Santos ministrará a palestra "Mato Grosso Goiano: composição e degradação", no contexto da exposição "Eu Não Vou Passar Em Branco" do artista visual Kboco. O evento, que é aberto ao público, terá início às 19h no Museu de Arte Contemporânea de Goiás (MAC), localizado no Centro Cultural Oscar Niemeyer. A entrada é gratuita.

Documentário
Com uma equipe formada integralmente por mulheres goianas, o documentário "Arte Marginal" estreia nesta quarta-feira (18/09), às 19h, na Casa Hip Hop, em Anápolis. O filme explora a trajetória de oito artistas goianos que, por atuarem fora dos grandes centros culturais, promovem a arte em espaços alternativos, como ruas e escolas, em busca da democratização do acesso à cultura em suas comunidades.

Desfile
Nesta quarta-feira (18), a partir das 17h, a JOHN JOHN realiza um desfile exclusivo seguido de Happy Hour para celebrar e marcar o novo momento da marca. O evento acontece na loja localizada no terceiro piso do Flamboyant Shopping.

A Força do agronegócio
A Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial) realizará, entre os dias 15 e 19 de outubro, o 2º Agro-Mill. O evento reunirá 12 formadores de opinião que visitarão agroindústrias goianas e discutirão temas como práticas ESG, biocombustíveis, produção de açúcar, proteína animal, grãos, melhoramento genético e agricultura regenerativa.

Lançamento
A cantora goiana Melina teve os ingressos esgotados para o show de lançamento de seu primeiro EP profissional, intitulado "Meu Lar". A apresentação acontece no dia 18 de setembro, às 20h, no Teatro Sesc Centro, em Goiânia. Na data, o multi-instrumentista Milton Guedes e os cantores Hugo Vitti e Milena Massarani fazem participações especiais.

Dia Nacional do sorvete
No dia 23 de setembro é comemorado o Dia Nacional do Sorvete. Para celebrar a data mais doce e refrescante do ano, a Toninho Gelateria vai lançar para o público goianiense novos sabores criados pelo empresário e mestre sorveteiro Antônio Santos. Destaque para o sorvete artesanal de chopp de vinho, para os amantes de chopp.

Arraia Brasil 2024
No próximo final de semana, Aparecida de Goiânia recebe mais uma edição da competição nacional de quadrilhas juninas, o Arraia Brasil. De 20 a 22 de setembro, sete quadrilhas juninas de todo país se enfrentam em uma mostra competitiva que promete movimentar a cidade. Além das quadrilhas convidadas, se apresentam também grupos goianos na mostra não competitiva. O evento acontece no estacionamento da Cidade Administrativa Maguito Vilela, a partir das 19h30, na sexta (20), no sábado (21) e no domingo (22). A participação é gratuita.

As modelos Vitória Peixoto e Fernanda Bispo foram os destaques do badalado desfile da Ostra Brasil em Anápolis, na tarde da última terça-feira (10).

GABRIYELLA BARROS

A designer de joias Andrea Conti esbanjou simpatia e beleza na última quinta-feira (12), no decorado Casa Opus Marista, durante evento exclusivo, que apresentou para o público goiano as belíssimas peças da marca e sua última coleção Bold Glam, lançada recentemente em Dubai e São Paulo.

GABRIYELLA BARROS

Chris Taveira (direita) esteve entre os seletos convidados de petit comitê com a designer de joias Andrea Conti.

GABRIYELLA BARROS

A empresária Carmem Mafra junto da filha, a arquiteta Larissa Mafra na tarde luxuosa com a designer.

ROCK IN RIO/ DIVULGAÇÃO

Planet Hemp transforma palco em estufa

GUILHERME LUIS

É permitido fumar a bordo, anunciou uma voz dessas robóticas, como se fosse uma gravação de avião, no início do show da banda Planet Hemp no Rock in Rio neste domingo, 15. E, da plateia, a fumaça subiu.

O grupo, que tem Marcelo D2 e BNegão nos microfones, começou a apresentação no fim da tarde do dia, o mais roqueiro do festival. Cantaram logo "Distopia", carregada do senso libertário que sempre permeou seu repertório. "Desobedeça, obedeça, desobedeça", o público tentava cantar, sobre o barulho ensurdecedor dos instrumentos pesados da banda.

"Maconha não mata a gente", disse BNegão, antes de cantar "Jardineiro", que versa sobre o plantio da erva. Depois, convocou uma roda no público, com dezenas de pessoas girando uma atrás da outra.

Com "Legalize Já", fizeram os fãs gritarem pela legalização da maconha. "Uma erva natural não pode nos matar", eles diziam, antes de atirar um baseado enorme, inflável, que ficou flutuando sobre as cabeças da plateia.

Criado em 1993, o Planet Hemp tem um dos discursos mais políticos da música brasileira. Nas letras, eles discutem mazelas, criticam o preconceito que cerca os maconheiros e enfrentam figuras que consideram problemas para a sociedade — neste show, por exemplo, gritaram contra fascistas.

No terço final da apresentação, a roqueira baiana Pitty entrou no palco. Juntos eles cantaram uma versão um tanto mal remixada de "Admirável Chip Novo", hino da roqueira que os amigos regravaram numa parceria recente. O problema é que BNegão e Marcelo D2 mal deixaram ela cantar, e o resultado ficou esquisito.

Emo
O clima de impaciência na plateia desapareceu assim que Amy Lee surgiu, com uma bandeirinha do Brasil desenhada debaixo do olho direito, cantando "Broken Pieces Shine". Vestida toda de preto, como representante de toda uma geração de emos, Lee segurou o show todo no gogó, com um alcance vocal impressionante.

"O Brasil foi parte importante da nossa história. Obrigado por compartilharem suas dores conosco, por estarem sempre juntos de nós", disse Lee, quando o show se aproximava do fim.

"Bring Me To Life", o maior sucesso da banda, coroou o que foi um dos shows de melhor técnica vocal até agora. Lee puxou um grito contínuo no final que foi aplaudido com entusiasmo. A sintonia entre ela e a banda coloca o Evanescence entre as boas bandas criadas décadas atrás que, por pouco, não ficaram esquecidas. (Folhapress)

PREJUÍZOS

Leitura de medidores de energia tem 8 mil impedimentos ao mês

No ranking da concessionária Equatorial Goiás, Anápolis está em terceiro lugar, após contabilizar 1.097 casos neste período

DA REDAÇÃO

Anápolis é a terceira cidade goiana com o maior número de impedimentos de leitura de medidores de energia elétrica, segundo estatísticas da concessionária Equatorial Goiás, com pelo menos 1.097 casos registrados em um mês. Fica atrás apenas da região metropolitana de Goiânia, com 1.638 registros, e de Morrinhos, com 1.267 ocorrências contabilizadas neste período.

Mensalmente milhões de leituras são feitas pela Equatorial Goiás em casas e comércios do estado para garantir uma medição justa e correta. Porém, a concessionária enfrenta desafios com os impedimentos de leitura dos medidores de energia elétrica em diversas regiões. Somente no mês de julho, cerca de 7,8 mil restrições foram registradas pela distribuidora, afetando a qualidade do serviço e comprometendo a precisão da cobrança.

A concessionária fez um mapeamento dos principais motivos identificados para que as leituras não pudessem ser feitas. Em primeiro lugar estão os portões fechados, mesmo com o imóvel ocupado. Foram mais de 3,5 mil casos relatados pelas equipes somente em julho deste ano. Neste tipo de ocorrência, o padrão do cliente não fica voltado para a rua, mas dentro do imóvel, como no caso de fazendas e propriedades rurais.

O gerente de Gestão Comercial da Equatorial Goiás, Jean Gama, explica que às vezes o cliente está em casa e recusa a entrada do leiturista por medo de ser algum golpe. "Alguns clientes alegam ter medo; acham que o leiturista não é um funcionário oficial da concessionária. Reforçamos que nossos colaboradores utilizam crachá de identificação e uniforme", afirma Jean.

Fatores como portões fechados, cães bravos e visores sujos prejudicam trabalho dos leituristas durante visitas

Em outras situações, os clientes não permitem a entrada por não concordarem com os valores das faturas anteriores. Outros fatores como a presença de cães bravos e o visor do padrão estar quebrado ou sujo também dificultam a atuação dos leituristas.

CONSEQUÊNCIAS

Os impedimentos para leitura podem levar a várias consequências para os consumidores. A principal delas é a possibilidade de faturamento pela média de consumo, que é realizada quando o acesso ao medidor é inviável. Este método de cobrança pode não representar o consumo real, resultando em contas mais altas ou mais baixas do que o consumo efetivo, valores que são acertados e eventuais diferenças devolvidas ou cobradas dos clientes.

Além disso, a falta de acesso ao medidor impede a identificação de possíveis problemas na rede elétrica do cliente, como defeitos ou variações inesperadas no consumo. O gerente destaca que, em caso de três impedimentos consecutivos de acesso ao medidor, a unidade consumidora também estará sujeita ao desligamento da energia, conforme normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

NOTIFICAÇÃO

A partir de agosto de 2024 a Equatorial Goiás começou a aplicar um adesivo de notificação quando constatado impedimento de acesso ao medidor. Esse adesivo é uma sinalização adicional ao cliente que precisa adotar alguma providência para permitir o acesso a seu medidor, além de dar orientações sobre o faturamento por média.

Para evitar esses problemas, a Equatorial Goiás orienta seus clientes sobre a importância de manter o acesso livre aos medidores. Ao identificar os leituristas, os moradores devem autorizar a entrada e os cães devem ser mantidos em áreas onde não representem risco para os técnicos. A concessionária também sugere a limpeza regular dos vidros das caixas de medição, evitando o acúmulo de sujeira que possa impedir a leitura correta.

AUTOLEITURA

Nos casos das instalações em área rural, onde nem sempre é possível manter o acesso liberado no dia da leitura, a Equatorial recomenda que os clientes façam a autoleitura dos seus medidores. "O cliente precisa anotar a leitura que ele vê no seu medidor e nos informar essa leitura, que vamos utilizá-la no lugar da média de consumo dos últimos 12 meses, evitando a necessidade desses ajustes de faturamento e facilitando o entendimento da conta", esclarece Jean Gama.

Para informar a autoleitura, basta acessar o aplicativo Equatorial Energia ou o site www.equatorialenergia.com.br, clicar em Agência Web e depois Solicitação de Serviços. Em seguida, é necessário informar o CPF do titular, a data de nascimento e selecionar a opção Enviar Minha Autoleitura. O cliente também pode informar a autoleitura através do nosso call-center.

CUIDADOS

A distribuidora alerta que os clientes com medidores internos que optarem pela autoleitura devem observar na fatura de energia qual a data da próxima leitura agendada para a sua instalação. Só serão válidas as leituras informadas nessa mesma data, que é recomendado, ou em até seis dias antes. Caso o cliente informe após esse prazo, a leitura não será considerada.

A concessionária reforça que este serviço é destinado aos clientes da Baixa Tensão. Os clientes com Tarifa Branca, Microgeração Distribuída, Irrigantes e Aquicultores possuem mais de uma leitura de seus medidores e precisam fazer a autoleitura obrigatoriamente pelo call-center, informando cada uma das leituras apresentadas no medidor com seus respectivos códigos de leitura. *(Com informações Equatorial Goiás)*

Homem é preso por estuprar enteada

Investigação aponta ainda que o padrasto chegou a pagar um sobrinho, menor de idade, para manter relações com a menina e encobrir o crime

AGLYS NADIELLE

Um homem, de 54 anos, foi preso na tarde desta segunda-feira, 16, por abusar sexualmente e engravidar a própria enteada, de 13 anos, em Anápolis. O crime é investigado desde o ano passado, quando a menina revelou ter sido vítima de um estupro.

De acordo com a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), da Polícia Civil (PC), durante as investigações a corporação descobriu que, na tentativa de encobrir suas ações, o padrasto chegou a dar dinheiro para um sobrinho, menor, para que ele mantivesse relações com a menina, a fim de evitar sua responsabilização criminal.

O homem ainda tentou atrapalhar as investigações, atribuindo a prática do crime a outras pessoas. Essa foi mais uma razão pela qual a PC representou por sua prisão preventiva.

Para a corporação, a mãe da vítima informou ter dado fim ao relacionamento quando percebeu o interesse do companheiro pela filha e, assim que soube dos abusos, procurou a Polícia.

O indivíduo foi preso na cidade de Abadiânia. Ele foi encaminhado à Unidade Prisional de Anápolis, onde se encontra à disposição do Poder Judiciário.

A PC detalha que o homem irá responder pelos crimes de estupro de vulnerável e corrupção de menores, cujas penas podem chegar a 19 anos de prisão.

O indivíduo foi preso em Abadiânia e levado para a Unidade Prisional de Anápolis

BRASILEIRO DA SÉRIE D

Galo e Retrô chegam à decisão com equilíbrio nas campanhas

CBF deve confirmar 1º jogo da final para domingo, 22, no Estádio Jonas Duarte; jogo de volta será dia 29, em Pernambuco

ORISVALDO PIRES

AFC

Dos 11 jogos que fez em casa, Tricolor venceu 4; a Fênix de Camaragibe já perdeu 5 vezes na casa do adversário

A expectativa é que Anápolis (GO) e Retrô (PE) façam uma decisão equilibrada do Campeonato Brasileiro da Série D. Os dois clubes chegam à final da competição com desempenho parecido, ao longo das cinco fases superadas até agora. O primeiro jogo deve ser confirmado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para o próximo domingo, 22, no Estádio Jonas Duarte, em Anápolis, e a partida de volta no domingo seguinte, 29, na Arena de Pernambuco, em Recife.

Cada time fez até agora 22 jogos. O Retrô somou 37 pontos no total, um a mais que o Galo. Por outro lado, o clube anapolino fez mais gols que o adversário (29x26) e tem melhor saldo de gols (11x9). Os pernambucanos venceram mais (11x9). Mas o Tricolor perdeu menos (4x7). Nas quatro fases de jogos mata-mata, o Retrô teve mais vitórias (3x2), mas o Anápolis somou menos derrotas (1x3). O Galo empatou mais que a Fênix de Camaragibe (5x2).

Nas três fases anteriores (oitavas, quartas e semifinais), o Retrô arrancou a classificação em jogos realizados fora de casa, embora tenha perdido dois no tempo regulamentar e vencido nos pênaltis. O Galo, nas oitavas, se classificou no Jonas Duarte, com um empate (depois de vencer o jogo de ida na casa do adversário). Nas quartas e semifinais o Tricolor superou os adversários fora de casa, com empates no tempo regulamentar e vitória nos pênaltis.

Conforme já definido pelo regulamento, o Anápolis faz o primeiro jogo da final no Estádio Jonas Duarte. Na teoria precisa fazer um bom resultado, se possível com boa vantagem de gols, para facilitar (também teoricamente) o jogo de volta na casa dos adversários. Até agora o Galo já venceu quatro jogos no Jonas Duarte e perdeu apenas um (2x0 para o Brasiliense na 14ª rodada da 1ª fase). Enquanto o Retrô já perdeu cinco jogos e ganhou quatro fora de casa (o placar mais elástico foi 3x1 na 3ª rodada da 1ª fase).

O Anápolis busca o feito inédito de conquistar um título de campeonato brasileiro. Em competições de 1ª divisão, tem em seu histórico o título de campeão goiano de 1965. Já disputou os brasileiros das séries D e C, além da Copa do Brasil. O Retrô é um clube novo. Foi fundado em 2016. Também busca seu primeiro título nacional. Ocupa a posição de número 73 no ranking da CBF. Já disputou o brasileiro Série D em 2021 e a Copa do Brasil em 2021, 2023 e 2024.

DESFALQUES

A delegação tricolor chegou de Maringá (PR) na manhã desta segunda-feira, 16, foi recebida por dirigentes e alguns torcedores no CT do Bairro Boa Vista. No dia anterior, pela semifinal da competição, o Galo empatou sem gols diante do Maringá, no tempo regulamentar, e se classificou nos pênaltis (5x4). O técnico Ângelo Luiz inicia, nesta terça-feira, 17, à tarde, o período de treinos com vistas à decisão do Brasileiro da Série D.

O time tem desfalques, já que perdeu três volantes: Paulinho (negociado com o Brusque-SC), Pedro Tomaz (lesionado já há alguns dias) e Vinícius Kiss. Ângelo Luiz, em entrevista à Rádio Manchester FM, falou sobre as dificuldades que o time enfrentou para superar o Maringá e se classificar. "Mas o comprometimento, a determinação e a competitividade dos jogadores foram fundamentais. Agora vamos nos preparar bem, em busca do título", disse o treinador tricolor.

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL

Anaville

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

O Conselho Deliberativo da Sociedade Residencial Anaville, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os seus associados para comparecerem à Assembleia Extraordinária a ser realizar no Centro Esportivo deste Residencial, no dia **30 de setembro de 2024** (segunda-feira). A Assembleia ocorrerá de modo presencial.

A referida Assembleia terá início às 06:00h onde será realizada a primeira chamada. Não atendido o quórum será procedida a 2ª chamada às 07:30h. O encerramento do ato se dará às 14:00. A votação se dará no período contínuo da assembleia da abertura ao encerramento. A ordem dia consiste em:

a) **Apresentação do projeto de modernização, troca de aparelhos e revitalização da academia.**
b) **Aprovação da forma de pagamento do investimento para fins de recomposição do fundo de reserva a ser utilizado.**

A ausência do Associado não o desobriga de aceitar e respeitar a deliberação tomada pelos presentes.

Associados inadimplentes não poderão votar, e serão admitidos votos por procuração pública, que deverá ser habilitada em até 48 (quarenta e oito) horas antes da votação.

Anápolis, 12 de setembro de 2024.

Anderson Miguel Brum
Presidente do Conselho Deliberativo

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE: REALIZA EMPREENDIMENTO ANÁPOLIS IV SPE LTDA
NOTIFICADO: CYNTIA LACERDA DOS SANTOS

A **NOTIFICANTE**, na forma da lei, faz saber a todos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele notifica os senhores **CYNTIA LACERDA DOS SANTOS** dos seguintes termos:

V. Sa. firmou junto à **NOTIFICANTE** o **COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA** para aquisição do imóvel constituído do apartamento **APTO 806 do BLOCO 03** do empreendimento **VARANDAS CONDOMÍNIO CLUBE.**

Ocorre que, V. Sa. se encontra em mora quanto ao pagamento das prestações devidas pelo preço do imóvel, totalizando a quantia de **R$ 16.690,31 (Dezesseis mil seiscentos e noventa reais e trinta e um centavos)** conforme indicado abaixo:

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR PRINCIPAL	REAJUSTAMENTO MONETÁRIO	MULTA (2%)	JUROS (1% AO MÊS)	TOTAL DO DÉBITO
3	30/11/2023	5.910,42	INCC (t-2)	118,21	559,52	6.588,15
4	30/05/2024	7.355,72	INCC (t-2)	147,11	250,09	7.752,92
25	20/07/2024	1.138,38	INCC (t-2)	22,77	19,35	1.180,50
26	20/08/2024	1.138,38	INCC (t-2)	22,77	7,59	1.168,74

Assim, fica V. Sa. formalmente constituído em mora nos termos do Artigo 1º do Decreto Lei 745/69 com a redação alterada pelo artigo 62 da Lei 13.097/15, pelo que solicitamos que efetive o pagamento dos valores devidos no prazo de **15 (quinze) dias**, todos contados do recebimento da presente notificação.

Caso não seja cumpra a determinação acima o contrato ficará automaticamente rescindido de pleno direito com aplicação da multa contratual prevista.

Atenciosamente,

REALIZA EMPREENDIMENTO ANÁPOLIS IV SPE LTDA

'CIFRA NEGRA'

Parte das mortes no trânsito fica fora de registro nacional

Defasagem entre dados locais e do Registro Nacional de Acidentes de Trânsito (Renatran) ocorre devido subnotificação

ORISVALDO PIRES

O sistema oficial do Registro Nacional de Acidentes e Estatísticas de Trânsito (Renatran) conta 55 mortes no trânsito ocorridas em Anápolis no ano de 2023, enquanto, segundo a Delegacia Especializada de Investigação de Crimes de Trânsito de Anápolis (DICT), naquele ano foram registradas 83 mortes no trânsito da cidade. É de conhecimento geral que nem toda infração praticada em diversos setores [inclusive no trânsito] chega ao conhecimento das autoridades. A defasagem entre as ocorrências reais e as ocultas, é conhecida como 'cifra negra'.

As autoridades de segurança pública explicam que, no âmbito dos crimes de trânsito, está a maior cifra negra, junto com os registrados sobre violência doméstica. Em ambos os setores há subnotificação por diversos fatores. O titular da DICT, delegado Manoel Vanderic Filho ressalta que grande parte dos óbitos ocasionados em acidentes ou em crimes de trânsito ocorre nos hospitais. Segundo ele, em Anápolis, a defasagem é menor, em função da ligação direta entre a Polícia Civil e o Hospital Estadual de Anápolis Dr Henrique Santillo, "é centralizado o atendimento".

Em cidades do interior do Estado a defasagem é significativa. Um exemplo: se uma pessoa sofre um acidente, depois morre devido uma embolia pulmonar em decorrência dos ferimentos, este óbito não é registrado como crime de trânsito. Este tipo de situação faz com que ocorra a subnotificação e as estatísticas ficam aquém dos registros reais. "Se falamos em 50 mil mortes no trânsito no Brasil, segundo dados oficiais, podemos afirmar, sem medo de errar, que este número está acima de 80 mil mortes", avalia Manoel Vanderic Filho.

Os dados do Renatran, defasados em relação às estatísticas registradas pela DICT, consideram frota ativa de 318.666 veículos no Brasil, números relativos ao ano de 2023. O site do órgão nacional de trânsito informa que, naquele ano, ocorreram 5.510 acidentes de trânsito [parte considerada crime de trânsto], com 7.801 veículos envolvidos. Nessas ocorrências 7.362 pessoas estavam envolvidas ou saíram feridas. E, ainda, 55 óbitos.

MOTOS

De acordo com os dados oficiais do Renatran, está estabelecida a gravidade dos registros de acidentes e de óbitos que envolvem motocicletas. Segundo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em dados divulgados em agosto de 2023, a taxa de mortalidade no trânsito brasileiro aumentou 2,3%. As mortes ocorridas com envolvimento de motocicletas dobraram na última década, representando 30% dos casos fatais registrados em 2023.

O estudo do Ipea aponta imprudência, excesso de velocidade e uso de álcool como os principais fatores que contribuem para esses acidentes. As estatísticas oficiais do Renatran, relacionadas ao ano de 2023, revelam que, embora a quantidade de acidentes com motocicletas foi menor que com automóveis (19,3% contra 53,5%), o número de óbitos registrados em motocicletas foi superior ao de automóveis (36,4% a 30,9%).

ESTATÍSTICAS

As operações realizadas pela Delegacia Especializada em Investigações de Crimes de Trânsito (DICT) foram iniciadas em 2017. O delegado Manoel Vanderic Filho revela que, de lá até agora, foram presos mais de 2,5 mil motoristas flagrados dirigindo embriagados. Segundo ele, os números explicam a importância das ações de fiscalização realizadas pela DICT ao longo dos anos, já que a cada ano as mortes no trânsito são reduzidas.

O delegado explica que o ano de 2021 foi o mais violento, com 132 mortes registradas no trânsito. Em 2022, os números caíram para menos de 100. E, em 2023, foram registradas 83 mortes no trânsito em Anápolis. Manoel Vanderic informou que, em 2024, a média segue menor. Entretanto, disse, a estimativa é que no ano em curso o número de mortes deve possivelmente empatar com o registrado em 2023.

AMADO E ODIADO

A forma como o delegado Manoel Vanderic Filho conduz as operações da DICT – juntamente com os agentes que o acompanham no trabalho – desperta manifestações das mais diversas, nos vários segmentos da sociedade. As operações já flagraram pessoas pobres e ricas, dos mais variados níveis de escolaridade, profissionais liberais como professores, advogados, jornalistas e até religiosos. Inclusive, numa oportunidade, o delegado autuou um parente próximo. É característica do delegado dar tratamento igualitário ou isonômico a todos os que são abordados nas operações, seja em encaminhamentos administrativos, autuações e até prisões.

Manoel Vanderic entende que embriaguez ao volante é crime no mundo inteiro, "a diferença é que no Brasil o criminoso não fica preso, a punião é muito pequena, paga-se uma fiança e responde o processo em liberdade". As posições do delegado, pela firmeza e rigor com as quais são realizadas, acaba por gerar uma relação em que ou é amado, ou é odiado. Instado a comentar sobre esse fator, Vanderic é categórico: "Não trabalho para agradar ninguém. Por isso nunca quis entrar para a política. Meu trabalho é para cumprir a legislação".

Com viés crítico, Manoel Vanderic lembra do instituto do acordo de não persecução penal, em que motoristas presos por embriaguez ao volante pagam uma fiança ao fazer, em grande maioria, um acordo com o Ministério Público, "para sequer serem processados, isso é um disparate, em caso de morte ou não". Segundo ele, além do crime da embriaguez ao volante, é comum nas operações as práticas de desacato à autoridade policial, situação na qual, segundo ele, não cabe mais fiança. "As pessoas estão muito mais intolerantes com a intervenção do Estado e da Polícia", concluiu.

Número considerável de mortes de pessoas no trânsito ocorre nos hospitais e, devido a essa condição, erroneamente deixam de constar das estatísticas

A subnotificação que gera impunidade

A especialista Maria Isabel de Queiroz, numa publicação no site Jusbrasil, explicou que o instituto das cifras negras foi estudado inicialmente pelo sociólogo Edwin H. Sutherland. O estudioso tratou do tema como a diferença, em números, daquelas ocorrências que não chegam ao conhecimento das autoridades, permanecendo ocultas.

Ao se falar em cifras negras, também é possível se referir àqueles crimes que chegam ao conhecimento das autoridades públicas, no entanto, não formam o processo, tendo o agente passado impune. Desse modo, é possível verificar que os índices reais de criminalidade são muito maiores do que aqueles oficialmente registrados e documentados pelos órgãos competentes.

CURIOSIDADE

A cifra negra é gênero de "crimes que permanecem ocultos", que comporta várias outras espécies de cifras, espécies estas que tratam de crimes específicos - Cifra Dourada: Referente aos crimes de colarinho branco; Cifra Verde: Referente à pratica de crimes ambientais; Cifra Amarela: Referente aos crimes que envolvem violência de funcionário público (policiais, na maioria das vezes) contra cidadão; Cifra Rosa: Referente aos crimes de caráter homofóbico; e Cifras Cinzas: Referente aos crimes que chegam ao conhecimento policial, no entanto não se transformam em processo. (Com informações Jusbrasil)

SALDO POSITIVO

Vendas no comércio crescem pelo 8º mês seguido, informa pesquisa

Segundo Pesquisa Mensal do Comércio, avanço do mês foi puxado por vendas de livros, jornais, revistas e papelaria

AGLYS NADIELLE

O comércio varejista em Goiás cresceu pelo oitavo mês consecutivo após alta de 7,9% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2023. O resultado foi impulsionado pela venda de livros, jornais, revistas e papelaria (27,5%), seguido por artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (26,8%).

Conforme apuração do Instituto Mauro Borges (IMB), com dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o volume de vendas acumulado no ano e em 12 meses apresentou aumento de 6,3% e 4,1%, respectivamente. As altas nesses indicadores foram impulsionadas pela venda de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos.

Na variação mensal com ajuste sazonal, quando comparado o mês de julho com o mês imediatamente anterior, o comércio goiano apresentou leve crescimento de 1,2%. O varejo ampliado goiano registrou a décima alta consecutiva na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com aumento de 17,2%. No acumulado no ano e em 12 meses, o crescimento das vendas foi de 12,7% e 8%, respectivamente. O aumento em todos os indicadores foi puxado pelas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças.

O varejo brasileiro acumulou alta de 5,1% de janeiro a julho. Na comparação entre julho com o mesmo mês de 2023, o acumulado é de 4,4%. Em 12 meses, a alta foi de 3,7%, enquanto na variação mensal com ajuste sazonal o crescimento foi de 0,6%.

NESPE